

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 08.04.2022

Instalações complementares de jardins e trilhos

Sr. Presidente,
Caros Colegas,

Desde o início do surto do novo coronavírus em 2019, muitos residentes têm prestado mais atenção à sua própria saúde, não só dando importância aos exercícios físicos do dia-a-dia, a fim de reforçar a sua condição física, aumentando assim a sua imunidade, como também para não ficarem constantemente em casa ou em espaços interiores, fazendo actividades ao ar livre em parques ou trilhos, as quais lhes permitem, por um lado, aproximar-se da natureza e relaxar, e, por outro, apreciar a paisagem natural e respirar o ar fresco. Mas, segundo alguns residentes, verificou-se que as instalações complementares dessas áreas suburbanas não são suficientes e não dão resposta às necessidades para a prática de exercícios ao ar livre. Isto não só causa inconvenientes, mas também afecta os residentes na realização dessas actividades. Assim, espera-se que os serviços competentes acompanhem e melhorem a situação.

De acordo com os dados da rede natural de Macau, actualmente há 16 trilhos, mas muitos deles carecem de instalações complementares, especialmente de sanitários públicos. Veja-se o exemplo do trilho de Long Chao Kok em Hac Sá, classificado como um dos oito pontos turísticos novos de Macau, com um trilho à beira-mar de 1200 metros de comprimento e outro trilho de 2250 metros de comprimento. Nestes dois trilhos, só há uma instalação sanitária pública no início do trilho à beira-mar de Long Chao Kok, não havendo mais nenhum sanitário público. Se necessário, só resta aos utentes fazer um desvio para usar o sanitário público na Rua Marginal, o que é muito inconveniente. Por outro lado, o caminho antigo de Seac Min Pun em Coloane, que atravessa as zonas leste e oeste da Ilha, não dispõe de nenhum sanitário público, incluindo na entrada e na saída, e o sistema de circuito pedonal do Nordeste de Coloane, com um comprimento total de 4290 metros, tem apenas uma instalação sanitária pública ao lado da Estrada do Altinho de Ká Hó, o que constitui um grande inconveniente para os utentes, devendo os respectivos serviços proceder ao seu acompanhamento e aperfeiçoamento.

Com o surto epidémico nos territórios vizinhos, os residentes de Macau não conseguem viajar num curto prazo e, para relaxamento, apenas podem permanecer no território explorando os locais de lazer da cidade. Mais, a população está a prestar cada vez mais atenção à saúde física e mental, por isso, prevê-se que os parques naturais e os trilhos, entre outros, sejam cada vez mais procurados. Com o aumento do número de utentes, o problema da falta de sanitários públicos e de outras instalações torna-se ainda mais evidente. Assim, sugiro aos serviços competentes que procedam a uma avaliação global do ambiente dos parques e trilhos de Macau e das instalações ao ar livre,

aumentando o número de sanitários móveis, ou construindo mais sanitários públicos nesses locais. Por um lado, isso vai facilitar a vida aos residentes e, por outro, aumentar o número de postos de trabalho, através das respectivas obras, dando prioridade à política “trabalho sim, caridade não”. Além das instalações sanitárias públicas, os serviços competentes devem também ter em conta as condições ambientais das respectivas zonas e as necessidades dos utentes, para otimizar continuamente as instalações dos parques e trilhos de Macau. Por exemplo, pode-se ponderar a instalação de bebedouros e máquinas automáticas de venda para facilitar a compensação da perda de água pelos praticantes de desporto ou caminhantes, otimizando a sua experiência na prática do desporto nos referidos locais, para poderem relaxar física e mentalmente, promovendo e mantendo a saúde física e mental.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 08.04.2022

Preparar-se com antecedência para a chegada da época das chuvas

Nos últimos anos, tem aumentado a probabilidade de fenómenos meteorológicos extremos. De acordo com as informações divulgadas pelos Serviços de Meteorologia, no ano passado, devido à influência de condições meteorológicas extremas, Macau bateu oito recordes, nomeadamente, chuvas intensas e tempestades tropicais, que levaram ao içar de três avisos negros de chuva intensa, que se concentraram principalmente nos meses de Junho e Outubro, registando-se três novos recordes de precipitação. Sobretudo as duas tempestades tropicais, em Outubro do ano passado, causaram graves inundações em várias zonas e nalgumas até desmoronamentos de terras. Os residentes sofreram muito com as inundações, especialmente os que vivem ou têm negócios nas zonas baixas.

Segundo as recentes previsões dos Serviços Meteorológicos, este ano vão afectar Macau entre cinco a oito ciclones tropicais, o que suscitou preocupações de lojistas e residentes. De facto, as inundações são uma questão antiga, e as que ocorrem nas zonas baixas podem causar prejuízos significativos às empresas, e as eventuais evacuações não resolvem a situação. Quanto a isto, gostaria de sugerir o seguinte: 1. Espero que o Governo continue a reforçar a monitorização e previsão de chuvas intensas e mau tempo, divulgando informações em tempo útil, para os residentes e lojistas poderem preparar-se, com antecedência, para resistirem às chuvas e tempestades. Em particular, durante as horas de ponta da manhã, as informações sobre a suspensão do trabalho e das aulas são mais importantes, visto que os habitantes transfronteiriços podem planear melhor e quanto antes as deslocações dos seus filhos até Macau. 2. As inundações resultam da insuficiência de capacidade de drenagem da rede de esgotos, portanto, há que assegurar a limpeza da rede de esgotos. Proponho ao Governo que continue a empregar esforços na inspecção e no desentupimento da rede de drenagem existente em Macau antes da chegada da estação das chuvas e que reforce, ainda, o combate às descargas ilegais de águas residuais, para assegurar o desimpedimento da rede de drenagem, a par de fazer testes de pressão das estações elevatórias de águas pluviais. Pode ainda considerar a introdução do conceito de drenagem inteligente, recorrendo a sensores para detecção do nível de água e caudal de esgotos e sarjetas, de modo a aumentar a capacidade da rede de drenagem, em prol do reforço da capacidade de prevenção de inundações de Macau. 3. Perante a chegada da estação das chuvas e o facto de os pavimentos ficarem mais lisos após anos de fricção, sugiro ao Governo que avalie, continuamente, o efeito antiderrapante das estradas, para prevenção de acidentes com peões e motociclistas por escorregarem durante as chuvas, e reforce a fiscalização e a consolidação de taludes e muros de contenção, para salvaguardar a segurança de peões e condutores.

Numa perspectiva de longo prazo, sugere-se ao Governo que promova, de forma contínua, a construção das várias obras de prevenção de inundações e eclosão de marés, especialmente para resolver os problemas das inundações no Porto Interior. No ano passado, a estação elevatória de águas pluviais a norte do Porto Interior entrou em funcionamento e produziu alguns efeitos, mas a capacidade de escoamento deve ser melhorada. Também deve ser acelerado o projecto para resolução dos problemas das inundações a sul do Porto Interior, por forma a poder ser concretizado quanto antes. Em segundo lugar, as chuvas torrenciais e as inundações em Coloane não podem ser descuradas, assim, espera-se que o Governo concretize, quanto antes, o projecto de prevenção das inundações da zona marginal em Coloane, com vista a elevar a capacidade de prevenção de inundações naquela zona.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 08.04.2022

Enfrentar a grave situação epidémica do exterior e continuar a reforçar as medidas de prevenção e controlo

Neste momento, a situação da epidemia da Covid-19 continua muito grave: é inevitável o surgimento de novas variantes; o número mundial de casos confirmados está a subir numa escala de milhões por dia; e Hong Kong continua a tentar controlar a quinta vaga, enquanto o Interior da China está a enfrentar uma nova. Estas notícias conduzem, em certa medida, aos sentimentos negativos dos residentes locais, e afectam o mercado e os diversos sectores.

A prevenção e o controlo da epidemia são difíceis e complicados, mas vamos conseguir uma vitória com a nossa persistência. O Governo deve continuar a reforçar as medidas de prevenção e controlo, e fazer bem e com maior precisão os respectivos trabalhos, para maximizar os seus efeitos com o menor custo possível, minimizando o impacto da epidemia no desenvolvimento socioeconómico de Macau.

Em conjunto com a população, o Governo age e faz face à epidemia, planeando políticas e medidas de resposta a situações extremas. Recentemente, o Centro de Coordenação de Contingências divulgou o “Plano de resposta de emergência para a situação epidémica da Covid-19 em grande escala”, segundo o qual, se houver em Macau uma propagação em grande escala, vão ser criados, pelos diversos serviços públicos, 15 grupos responsáveis pela execução e concretização do Plano, sob a coordenação do referido Centro e do Centro de Operações de Protecção Civil, ambos liderados pelo Chefe do Executivo. O Plano divulgado mereceu o reconhecimento e o apoio da população. Com sentido de risco, o Governo está sempre a otimizar as medidas e o mecanismo regular de prevenção e controlo da epidemia, e elaborou um plano de resposta muito detalhado, o que contribui para controlar eficazmente a epidemia e criar boas condições destinadas a assegurar a vida normal da população.

Neste momento, o ponto-chave é, na implementação do plano de contingência, dar importância aos seus efeitos práticos e, ao mesmo tempo, dar atenção a alguns ensinamentos que merecem ser retirados. Por exemplo, no recente surto em Hong Kong, surgiram dois conjuntos de dados particularmente marcantes, sendo, o primeiro, as elevadas taxas de infecção entre idosos e crianças, e, especialmente nos idosos, as taxas de doença grave e mortes são extremamente elevadas; o segundo diz respeito às baixas taxas de vacinação entre idosos e crianças. Estes dois conjuntos de dados, elevados e baixos, demonstram que temos de dar mais atenção aos idosos, crianças e adolescentes, aumentando rapidamente as respectivas taxas de vacinação com duas doses. Podemos, por exemplo, reforçar a divulgação da vacinação junto dos idosos e, para além de enviar pessoal de saúde aos lares de idosos para a vacinação, podemos ainda lançar mais medidas para facilitar a vacinação dos idosos. Mais, podemos continuar a reforçar a comunicação com as escolas e a divulgação junto

dos pais, facilitando a vacinação dos estudantes através de diversos meios. Mais, sugiro que o Governo exija às empresas de administração de condomínios que tratem a limpeza e a desinfecção das instalações comuns do edifício como trabalhos de rotina, com vista a reduzir os riscos de propagação nos prédios habitacionais e na comunidade. Com estas medidas, será possível reduzir as taxas de infecção e de mortes.

Prevenir casos importados e evitar o ressurgimento interno é algo que Macau faz bem na prevenção e controlo da epidemia. Atendendo à normalização da prevenção da epidemia, o Governo pode, tendo em conta a evolução epidémica, melhorar, continuamente, as diversas medidas do plano de contingência, protegendo a vida e a saúde da população.

Aproveito esta ocasião para manifestar os meus sinceros agradecimentos ao Governo da RAEM e a todos os trabalhadores da linha da frente pelos esforços envidados no combate à epidemia. Com a união dos governantes e da população, será possível, certamente, criar uma cidade segura!

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 08.04.2022

Face à retoma económica insatisfatória, aperfeiçoar as medidas de apoio económico

Desde o início deste ano, houve um surto de epidemia em grande escala em Hong Kong e casos sucessivos no Interior da China. Face ao impacto da situação externa, o intercâmbio transfronteiriço é afectado. Entre Hong Kong e Macau, as deslocações normais não serão possíveis a curto prazo, e o número de turistas do Interior da China mantém-se num nível baixo. Em resultado, a retoma económica fica aquém das expectativas, a economia enfrenta forte pressão e muitas empresas abriram falência, piorando a situação de emprego, pois as reduções de salário, as licenças sem vencimento e os despedimentos são frequentes. A situação é preocupante. Recentemente, o Secretário para a Economia e Finanças adiantou que o Governo ia lançar em breve um novo plano de benefícios de consumo electrónico, e estava a apressar a preparação. Apoio esta decisão, e espero que o Governo a concretize quanto antes e aperfeiçoe as medidas de apoio económico, para resolver os problemas prementes da sociedade.

Assim, proponho o seguinte:

1. Aumentar o valor do plano de benefícios de consumo. Na discussão do Relatório das Linhas de Acção Governativa (LAG) para este ano, o Governo previu que a economia ia recuperar, mas, devido à instabilidade da pandemia no exterior, a retoma não se concretizou. Muitas empresas estão com dificuldades, e algumas tiveram de suspender a actividade ou mesmo abrir falência. Mais, são frequentes as reduções de salário, as licenças sem vencimento e os despedimentos. Mais a subida dos preços resultante de diversos factores, a pressão de vida é maior. Assim, há que aprender com o sucesso dos dois planos de benefícios do ano passado, para apoiar a população, promover a procura interna, e estabilizar a economia. Espero que o Governo lance quanto antes o plano, mantendo o montante inicial, e aumentando proporcionalmente o valor total, e que lance subvenções da água e da electricidade. Há que fiscalizar bem para evitar aumento de preços. Tudo isto para cumprir o princípio governativo de “garantia de emprego, estabilização da economia e asseguramento da qualidade de vida”.

2. Estudar, activamente, o lançamento de um programa de subvenções aos salários. O ambiente de emprego em Macau continua a deteriorar-se devido à epidemia, por exemplo, um casino satélite anunciou, recentemente, que vai encerrar proximamente, registaram-se despedimentos em algumas empresas, o que levantou preocupações entre muitos trabalhadores, e são inúmeros os desempregados que pediram ajuda à DSAL. Há mais de 12 800 desempregados, a taxa de desemprego local mais recente é de 4,3 por cento, e a maioria ficou sem emprego involuntariamente devido a várias razões, como despedimento, conclusão de trabalhos temporários, encerramento de empresas, etc. O emprego é importante na salvaguarda da subsistência da população. Espero que o Governo

lance uma nova ronda de medidas para promover o emprego, reforce os incentivos aos desempregados e assegure a prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego. Há que prestar mais apoio aos desempregados de longa duração e aos trabalhadores com baixos rendimentos, e que adoptar medidas para atenuar os seus encargos, através, por exemplo, do lançamento de um programa de subvenções aos salários, da oferta de trabalho em vez de subsídios, e do aumento do número de vezes para a inscrição em cursos de formação subsidiada.

3. Empregar esforços na promoção da recuperação económica. Promover a recuperação do turismo e apoiar as micro, pequenas e médias empresas é uma tarefa importante para promover a recuperação da economia. Com a premissa de assegurar o controlo da epidemia, espero que o Governo continue as negociações com o Interior da China, e se retome, quanto antes, a normalidade das passagens entre Macau e as cidades chinesas onde a epidemia está estável, para atrair turistas e promover a recuperação económica. Mais, para fazer face à epidemia, o Governo adoptou, recentemente, medidas para o bem-estar da população, por exemplo, a inclusão de vários estabelecimentos na isenção da taxa de alvará, por exemplo, estabelecimentos de cuidados de saúde e de enfermagem, equipamentos sociais, centros de explicações, etc. Na realidade, alguns sectores estão ainda afectados pela epidemia, por isso espero que o Governo proceda à extensão destas medidas a outros sectores, por exemplo, que isente da taxa de alvará os estabelecimentos de restauração de pequena e média dimensão, e os taxistas e guias turísticos, para reduzir os seus encargos.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 08.04.2022

Apoio multifacetado em prol do desenvolvimento do sector das convenções e exposições

O sector das convenções e exposições é um sector em desenvolvimento, e também um dos quatro principais cujo desenvolvimento é promovido na Zona de Aprofundamento da Cooperação entre Guangdong e Macau em Hengqin. Porém, o surto da epidemia, que dura há mais de dois anos, veio pôr em causa a ordem normal da sociedade. O adiamento e o cancelamento de vários grandes eventos internacionais perturbaram os planos preparatórios, dificultando o desenvolvimento do sector em questão, que depende altamente do fluxo de pessoas.

Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos, em 2021 foram organizadas em Macau 449 convenções e exposições, que contaram com 1,4 milhões de participantes, representando uma queda de 70% e 90%, respectivamente, em relação a 2019. Nesta fase, como a epidemia continua a alastrar-se pelo mundo e a situação nas regiões vizinhas é grave, Macau tem de se esforçar na prevenção da epidemia, e continuam a faltar condições objectivas para a recuperação do sector das convenções e exposições.

Durante o surto epidémico, o sector das convenções e exposições ficou suspenso. Para além do encorajamento mútuo, os operadores do sector estão também a explorar activamente novos modelos, por exemplo, a transmissão de produtos ao vivo, nas várias convenções e exposições de Macau, e o modelo *online*, desenvolvendo o modelo “internet + convenções e exposições”. Mas ao nível técnico e experimental, os serviços *online* ainda não conseguem substituir os serviços *offline*, servindo mais como complemento.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. As convenções e exposições *online* exigem uma rede de alta velocidade e de baixa latência, assim, sugere-se ao Governo que acelere a construção da rede 5G e disponibilize uma plataforma *online* de unificação de recursos, e através da transmissão ao vivo, das salas de exposições *online*, das bolsas de contacto *online* e do sistema em nuvem, explorar este tipo de clientes e aumentar a capacidade e influência das convenções e exposições *online*.

2. Há que aprofundar a fusão entre as diversas áreas, tais como “Convenções e Exposições + Turismo”, “Convenções e Exposições + Desporto” e “Convenções e Exposições + Medicina Tradicional Chinesa”, promovendo um planeamento razoável para a diversificação adequada da

estrutura industrial e estimulando a dinâmica do mercado.

3. As autoridades devem tomar a iniciativa de liderar a indústria das convenções e exposições, no sentido de explorarem o mercado da Grande Baía e de aprofundarem a respectiva cooperação entre Macau e as demais cidades integrantes da Grande Baía, através de diversos meios, tais como “um evento, uma exposição”, “um evento, dois locais”, “percurso único, paragens múltiplas”, “realização rotativa de eventos”, etc., com vista a liderar a indústria local das convenções e exposições no seu desenvolvimento no exterior.

4. Há que continuar com a publicidade à imagem de Macau como uma cidade segura e adequada ao turismo, para atrair os grupos comerciais de alto nível da Grande Baía a realizarem grandes convenções e exposições em Macau e para enriquecer a essência subjacente ao centro de turismo e de lazer a nível mundial, com vista a acelerar a retoma dos sectores da cultura, do turismo e das convenções e exposições.

5. Relativamente às fortes solicitações do sector resultantes da inconveniência nas deslocações transfronteiriças do respectivo pessoal na realização de eventos conjuntos, o sector espera que as autoridades reforcem a comunicação com os serviços competentes do Interior da China, acelerando a implementação da concessão dum visto válido para múltiplas entradas e saídas entre Macau e Hengqin, Zhuhai, aos operários das convenções e exposições, aos profissionais participantes nos respectivos eventos e aos turistas domésticos e estrangeiros que tenham consigo bilhetes para as convenções e exposições.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 08.04.2022

Acelerar a construção de “Macau inteligente” para a integração no desenvolvimento nacional

O Governo dá grande importância à construção de “Macau inteligente” e, nas LAG para este ano, refere que, em articulação com o respectivo desenvolvimento, vai aproveitar a tecnologia inteligente para melhorar os diversos serviços da vida da população. Aliás, no 2.º Plano Quinquenal refere-se também à aceleração do desenvolvimento de “Macau inteligente” e à promoção da actualização de “inteligente +”.

Pelos vistos, o Governo está a acelerar o seu passo em todos os aspectos. Quanto à construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau, em Hengqin, é necessário melhorar ainda mais a inteligência dos diversos serviços, para facilitar a integração profunda por parte dos cidadãos. Mas, em comparação com as regiões vizinhas, o respectivo desenvolvimento está desactualizado e os cidadãos não conseguem ter muita experimentação neste aspecto.

Com o lançamento da “Conta única de acesso comum”, o Governo procedeu à agregação das informações dos *websites* e das aplicações dos diversos serviços públicos, permitindo aos cidadãos, sob a epidemia, tratar dos respectivos serviços sem saírem de casa. Mas, devido ao problema de acesso aos dados entre serviços, os cidadãos têm de se deslocar várias vezes aos serviços públicos para tratar dos seus assuntos.

Por exemplo, o pagamento de impostos ainda não pode ser feito através da “Conta única”; a carta de condução, os respectivos dados também não conseguem ser submetidos, de forma uniformizada, nos diferentes serviços públicos.

A construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e a divulgação do “Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin” vão contribuir para acelerar a integração de Macau no desenvolvimento do País, trazendo assim novas oportunidades de desenvolvimento para os residentes locais.

Mas, segundo muitos residentes locais que trabalham e vivem no Interior da China, devido à falta de uma boa articulação entre Macau e o Interior da China ao nível de regime e mecanismo, precisam sempre de apresentar documentos notariais adicionais e de tratar de formalidade muito complexas, o que lhes causa muitos inconvenientes.

Por exemplo, ao fazer marcação de consultas médicas ou criar uma conta em seu nome *online*, é difícil a autenticação da identidade com os bilhetes de

identidade de Hong Kong e de Macau; e, para comprar uma habitação, é necessário apresentar um certificado da relação familiar emitido pelos serviços públicos de Macau, que ainda está sujeito ao reconhecimento notarial dos órgãos notariais do Interior da China. Os complexos e morosos procedimentos de reconhecimento transfronteiriço de documentos limitam a integração de Macau no desenvolvimento do País, portanto, o Governo deve resolver o problema através de comunicação.

Sugiro então o seguinte: quanto à promoção da construção de uma cidade digital, há que seguir os princípios de “ter por base a população” e de “desenvolvimento sustentável”, acelerando a mudança de mentalidades dos serviços públicos, promovendo a interligação e interconexão de dados, e aperfeiçoando a construção de infra-estruturas, incluindo 5G, inteligência artificial, megadados, “blockchain”, etc. Ao mesmo tempo, há que acelerar a formação de talentos, especialmente nas áreas da computação em nuvem e da segurança cibernética, para concretizar, o mais cedo possível, o projecto da cidade inteligente.

Quanto à integração no desenvolvimento nacional, a meu ver, o Governo da RAEM deve, em colaboração com os serviços competentes do Interior da China, acelerar o reconhecimento mútuo dos dados transfronteiriços. Actualmente, com base nas experiências do reconhecimento mútuo entre o “Código de Saúde da Província de Cantão” e o “Código de Saúde de Macau”, foi lançada a plataforma de verificação de dados transfronteiriços entre Guangdong e Macau, concretizando-se a interligação e interconexão desses dados entre Macau e o Interior da China, mas os dados processados a título experimental nesta plataforma são, principalmente, financeiros.

Assim, sugiro acelerar os mecanismos de reconhecimento mútuo ao nível da vida quotidiana e, numa primeira fase, pode-se permitir, plenamente, o pedido do cartão de residência na zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, e, sob o pressuposto de garantir a segurança nacional e a segurança das informações pessoais, aperfeiçoar o respectivo processo de emissão, para facilitar a vida aos cidadãos, acelerar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau e aumentar a sua eficiência, promovendo-se assim a integração profunda entre Guangdong e Macau.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 08.04.2022

Aperfeiçoar a ligação de transportes e a cooperação médica em Hengqin

O Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, lançado em Setembro passado, define a direcção para acelerar o desenvolvimento da ilha, e oferece maior espaço de desenvolvimento aos residentes de Macau. Porém, devido às diferenças jurídicas, os residentes de Macau que lá vivem estão a enfrentar dificuldades, o que afecta a vontade de viver, estudar e trabalhar em Hengqin.

Recentemente, uma associação de serviços sociais realizou um inquérito sobre as necessidades dos residentes de Hengqin, que contou com a participação de mil inquiridos, dos quais 110 residentes de Macau, e contemplou áreas como instalações comunitárias, transportes, cuidados de saúde, e procura de serviços. O resultado demonstra que, face à pandemia, os residentes de Macau em Hengqin querem uma boa solução para a passagem fronteiriça e os cuidados de saúde, e o aperfeiçoamento global das condições, para incentivar mais pessoas de Macau a viver ou trabalhar em Hengqin. O inquérito revela que, devido ao nível dos cuidados de saúde e à falta de recursos, cerca de 70% dos residentes de Macau inquiridos optam por ir ao médico em Macau.

Quanto ao trânsito e às fronteiras, a parte de Macau no Posto fronteiriço de Hengqin entrou formalmente em funcionamento há mais de um ano, mas, há ainda espaço para melhorias em termos de instalações complementares de trânsito e triagem de veículos. A frequência das carreiras de autocarros que chegam ao Posto Fronteiriço da Flor de Lótus é baixa, e como não há parque de estacionamento, os condutores têm de estacionar os veículos num parque próximo e apanhar autocarro para chegar à fronteira, e quando chegam à fronteira, têm de mudar de autocarro, o que prolonga o tempo das deslocações e é um incómodo para os residentes que vivem nas “duas cidades”. Por isso, o Governo deve aperfeiçoar as instalações complementares de trânsito na parte de Macau no Posto Fronteiriço de Hengqin, nomeadamente, os itinerários, as paragens de autocarros, as praças de táxis, as zonas de tomada e largada de passageiros, etc., para facilitar a passagem das fronteiras aos residentes. Espera-se ainda que o Governo acelere a construção do traçado de Hengqin do Metro Ligeiro, e faça bem a ligação entre o Metro Ligeiro e a rede de transportes públicos, concretizando a interconexão das infra-estruturas entre Macau e Hengqin.

No âmbito dos cuidados de saúde, há ainda muitos aspectos de incompatibilidade entre os sistemas jurídicos dos dois locais. Espero que o Governo continue a reforçar a cooperação com os serviços do Interior da China, proceda aos estudos sobre as leis e políticas dos dois locais, estabeleça um mecanismo de cooperação e encaminhamento transfronteiriço dos doentes entre

Macau e Hengqin, e faça um bom trabalho de articulação entre o sistema de cuidados de saúde gratuitos de Macau e a política de seguros de saúde do Interior da China, para facilitar o acesso às consultas médicas transfronteiriças e a liquidação de despesas aos residentes de Macau. Ao mesmo tempo, pode começar-se por escolher algumas instituições-piloto, para promover o estabelecimento de um mecanismo de reconhecimento mútuo de processos médicos e resultados de exames e testes entre as instituições dos cuidados de saúde nos dois locais, para minimizar as etapas intermédias, facilitar a consulta das informações aos residentes de Macau, reduzir a carga financeira decorrente do tratamento médico e simplificar os processos do tratamento médico. O Governo deve também estudar activamente a cooperação com hospitais ou equipas de saúde de associações civis de Macau para o desenvolvimento de serviços em Hengqin, sob a forma de aquisição de serviços, de modo a facilitar aos residentes de Macau o acesso ao tratamento médico. Deve ainda acelerar o estudo sobre a construção conjunta de um complexo regional de saúde e um centro regional de saúde, de modo a concretizar a cooperação inter-regional e a partilha de recursos e cuidados de saúde de qualidade.

Por fim, espero que o Governo continue a estudar sobre o lançamento, quanto antes, das medidas correspondentes, de acordo com os objectivos faseados definidos no “Projecto Geral”, para promover, de forma ordenada, a articulação efectiva de vários serviços públicos entre Hengqin e Macau, ao nível da saúde, educação, serviços sociais, etc., bem como dos sistemas de segurança social dos dois locais.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 08.04.2022 Exortar o Governo a lançar um plano específico de oferta de trabalho em vez de subsídios

A epidemia persiste no mundo, a situação está grave nas regiões vizinhas, e em Macau os riscos são elevados. A epidemia teve grande impacto na economia de Macau e no emprego dos trabalhadores locais. Durante o período de Dezembro de 2021 a Fevereiro de 2022, a taxa de desemprego atingiu 3,3% e a taxa de desemprego dos residentes atingiu 4,3%, tendo ambas subido 0,1 pontos percentuais face ao período entre Novembro de 2021 e Janeiro de 2022. Estes dados demonstram que o futuro do emprego em Macau não é optimista e que a situação se tem agravado, portanto, o Governo tem de lançar novas medidas para apoiar os trabalhadores locais no acesso ao emprego, através de um plano específico de oferta de trabalho em vez de subsídios.

A DSAL adoptou várias medidas, nomeadamente a organização de sessões de conjugação de emprego, para apoiar os residentes no acesso ao emprego. No primeiro trimestre deste ano, realizou 31 sessões, e através do serviço de apoio ao emprego, ajudou na contratação de 921 pessoas. Entre Janeiro e meados de Março deste ano, foram realizadas 10 sessões de emparelhamento para sectores específicos, 1223 pessoas foram contactadas para entrevista, mas só 174 foram contratadas, o que demonstra que a situação não é satisfatória. Estes resultados insatisfatórios devem-se à falta de diversificação dos tipos de trabalho oferecidos e à falta de correspondência entre o conteúdo funcional e as competências dos candidatos. Além disso, a conjuntura económica continua em descida e as empresas não conseguem oferecer postos de trabalho suficientes. O Governo deve rever novamente as actuais medidas e ajustar o rumo dos trabalhos.

“É melhor ensinar a pescar do que dar o peixe”. Assim, segundo os dados da DSAL, de Setembro de 2020 a 15 de Março de 2022, realizaram-se 466 cursos no âmbito do Programa de Formação Subsidiada tanto para o Aumento das Competências Técnicas, como de Orientação para a Empregabilidade. Inscreveram-se nesses cursos 10.583 formandos, 8243 já os concluíram e 6941 já têm os respectivos subsídios liquidados. Por isso, as autoridades devem fazer um balanço dos resultados dos planos anteriores, e proceder aos necessários ajustamentos face às insuficiências, incluindo o aumento da cobertura dessa formação, e o apoio às empresas na criação de um determinado número de vagas para formação no posto de trabalho, dinamizando assim o mercado de trabalho.

O Governo lançou o plano de “formação remunerada no posto de trabalho”, que integra a formação em técnicas de manutenção de instalações e a formação de cozinheiros para a indústria hoteleira e de restauração, etc. Tendo em conta

as características dos trabalhadores desempregados e subempregados, o Governo deve desenvolver mais projectos para os diferentes sectores, nomeadamente, o programa de “formação remunerada no posto de trabalho” destinado aos jovens, com vista a apoiar os residentes na reconversão profissional e a alargar o leque das suas oportunidades de emprego no futuro.

Sugere-se ao Governo a definição de medidas precisas de apoio aos trabalhadores dos sectores e profissões mais afectadas pela epidemia, ou àqueles que suspenderam de forma involuntária as suas funções, concedendo-lhes subsídios, materiais e empréstimos sem juros. É necessário reforçar o aconselhamento profissional e a conjugação de emprego, ajudando os indivíduos a ultrapassarem temporariamente as dificuldades e a encontrarem novo emprego. Deve também apoiar-se as associações da área dos serviços sociais no desenvolvimento de planos específicos no âmbito da política “Trabalho Sim, Caridade Não”, destinados aos desempregados. Estas medidas permitem absorver um determinado número de recursos humanos, e também reforçar a capacidade das associações sociais no desenvolvimento do apoio aos serviços sociais durante este período especial da epidemia, proporcionando mais oportunidades de emprego aos desempregados.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 08.04.2022

Mudar de mentalidade e trabalhar proactivamente

Segundo os resultados do inquérito ao emprego dos Serviços de Estatística e Censos, registou-se um aumento de 0,1% da taxa global de desemprego e da taxa de desemprego dos residentes em relação ao período anterior, atingindo 3,3% e 4,3% respectivamente, e a população desempregada atingia 12 800 pessoas, mais 400 em comparação com o período anterior.

A pandemia já persiste há três anos, e ainda não é possível ver a luz verde. Recentemente, devido à instabilidade da situação epidémica nas regiões vizinhas, foram apertadas as medidas de prevenção nos postos fronteiriços Zhuhai-Macau, regista-se uma redução do número de visitantes, e o progresso da recuperação económica está novamente afectado. Face às incertezas da economia, as empresas são mais cautelosas nas acções de recrutamento, os novos postos de trabalho diminuíram, e os requisitos exigidos são mais elevados. Ao mesmo tempo, os finalistas do ensino secundário complementar vão entrar brevemente no mercado de trabalho, e o sector do jogo entrou numa nova fase de ajustamento, portanto, pode imaginar-se qual vai ser a pressão do emprego.

O emprego é o suporte básico do desenvolvimento socioeconómico e da vida da população, e a sua estabilidade e promoção contribuem para garantir a qualidade de vida da população. Para estabilizar e promover o emprego, sugiro que se avance com os seguintes dois aspectos:

Primeiro, o Governo deve insistir na implementação de uma política activa de emprego, colocando a estabilidade de emprego numa posição mais destacada na acção governativa, alargando os canais de emprego, por exemplo, apoiando activamente os residentes locais a trabalharem na Grande Baía, em especial na zona de cooperação aprofundada, no sentido de alargar o espaço de emprego dos residentes. Há que concretizar o princípio da prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego e reforçar a gestão dos não residentes, reforçando o rigor e a eficácia na execução do mecanismo de saída destes, e proporcionar formação específica aos residentes, apoiando-os na mudança de emprego. Além disso, é necessário elevar a eficácia da formação profissional, lançar cursos mais adequados às necessidades do mercado e, ao mesmo tempo, elevar as técnicas profissionais dos residentes, a fim de assegurar uma taxa de sucesso no emprego.

Segundo, os residentes devem mudar de mentalidade e empregar-se activamente. Perante a gravidade da pressão económica e do emprego, se os residentes tiverem expectativas elevadas e não forem flexíveis, face à falta de postos de trabalho e de muita gente à procura de emprego, poderão ficar numa

situação de desvantagem. Espera-se que os residentes tenham em conta as suas próprias condições e a situação real, reconheçam a situação actual do emprego, mudem os seus conceitos de emprego, integrem as necessidades da sociedade, alarguem as suas opções de emprego, e valorizem as oportunidades de emprego disponíveis, e depois de conseguirem um emprego é que devem pensar na selecção do emprego. O surto do novo coronavírus vai terminar, deixando oportunidades a quem estiver preparado, portanto, espera-se que a população valorize sempre a capacidade de desenvolvimento, e que se esforce por elevar os seus conhecimentos e competências, de modo a poder valorizar-se e escolher melhores empregos. O surto de Covid vai terminar um dia, deixando oportunidades a quem estiver preparado, espera-se então que a população possa escolher um melhor emprego, depois da valorização da capacidade de desenvolvimento e de se ter esforçado por elevar os seus conhecimentos e competências.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 08.04.2022

Exortar o Governo a lançar, quanto antes, uma nova ronda de apoio económico e a adoptar medidas concretas para salvaguardar o emprego

Com a continuidade da epidemia, a economia de Macau está a ser gravemente afectada. Muitos residentes estão a deparar-se com dificuldades económicas devido ao desemprego, à redução de salários e à falta de trabalho, situação que nos deixa preocupados. Há dias, o Governo afirmou que, em breve, ia lançar uma nova ronda do plano de consumo electrónico, o que, na minha opinião, vai contribuir para apoiar os residentes e promover o consumo local, por isso, espero que o Governo possa concretizá-lo quanto antes, estudando ainda outras medidas de apoio económico, tais como a redução e isenção de impostos, subsídios à electricidade e água, com vista a aliviar os encargos dos residentes.

Claro que dar um peixe é necessário, mas o mais importante é ensinar a pescar. De acordo com os dados dos Serviços de Estatística e Censos, a taxa de desemprego dos residentes aumentou para 4,3%, o valor mais elevado desde 2009, portanto, o Governo deve definir políticas mais concretas, nomeadamente, através da formação de trabalhadores locais e da saída de trabalhadores não residentes, garantindo e promovendo o emprego dos residentes. Segundo a DSAL, até finais de Fevereiro registou-se uma redução de 28.096 trabalhadores não residentes, dos quais cerca de 4900 eram empregadas domésticas. Para além disso, muitos trabalhadores foram despedidos devido à falência de empresas ou à redução de negócios, portanto, mesmo que o número de trabalhadores não residentes tenha diminuído, com a perda de postos de trabalho pode não se conseguir, de facto, criar um número igual de postos de trabalho para os locais.

Por isso, o Governo tem de seleccionar os sectores e cargos para os quais os locais reúnem condições de ingresso, bem como os sectores que continuam a recrutar não residentes em grande número, por exemplo, as seis grandes empresas de lazer e hotéis, empresas de construção de grande envergadura, sector financeiro, etc., e concretizar o verdadeiro mecanismo de saída dos não residentes, tomando a iniciativa de exigir às empresas que libertem postos de trabalho e aumentem as oportunidades de emprego dos trabalhadores locais. Por exemplo, segundo as autoridades, a percentagem dos trabalhadores locais contratados pelas seis grandes empresas de lazer é de apenas 76,8%, e são milhares os não residentes, portanto, as autoridades devem exigir-lhes que contratem mais trabalhadores locais.

Para além disso, para apoiar os desempregados a elevarem as suas competências técnicas, o Governo implementou vários planos de formação subsidiada, em que os candidatos qualificados podem inscrever-se, no máximo, duas vezes. Mas, segundo muitos residentes, em alguns planos não há vagas suficientes e, como há sorteio, não conseguem entrar, e mais ainda, alguns cursos nem sempre conseguem articular-se com a procura de recursos humanos no mercado de trabalho, pelo que é difícil encontrar oportunidades de colocação e de ingresso. As autoridades devem rever os detalhes destes planos, aumentar o número de inscrições e de vagas nos cursos mais procurados, e elevar a eficácia das colocações.

Mais, tendo em conta as dificuldades dos recém-graduados para arranjar emprego, o Governo divulgou, nestes últimos dois anos, duas edições do Plano de Estágio “Criar Melhores Perspectivas de Trabalho 2021”, e na minha opinião, é necessário dar continuidade a este plano. Convém frisar que, no 4.º trimestre do ano passado, entre os 12 mil desempregados, a situação era extremamente grave na faixa entre os 25 e os 34 anos, e o número dos desempregados com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos atingia 4500. Tendo em conta as necessidades dos desempregados, solicito ao Governo que alargue o âmbito dos destinatários dos planos de formação e de estágio remunerados para os trabalhadores locais, e que exija às empresas que disponham de mais postos de trabalho e assumam a responsabilidade de formar e contratar trabalhadores locais. Atendendo à pressão na exploração do negócio que as empresas estão a encarar, o Governo deve atribuir um subsídio aos salários adequado às empresas que participam nos planos e contratem trabalhadores locais para, por um lado, permitir que os desempregados com dificuldades em encontrar emprego devido à idade e à falta de técnicas profissionais ou experiência possam reintegrar o mercado de trabalho e, por outro, concretizar o princípio legal de dar prioridade à contratação de trabalhadores locais.

O emprego é crucial para a vida da população. Ao incentivar os candidatos a reforçar as suas capacidades e a atreverem-se a ultrapassar os desafios, desejo que o Governo continue a desenvolver e a otimizar os diversos planos de apoio ao emprego, liderando a sociedade para ultrapassar as dificuldades e a situação epidémica.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 08.04.2022 Adoptar várias medidas para apoiar as PME e as microempresas a ultrapassarem a epidemia

A epidemia persiste há mais de dois anos e ainda não se sabe quando é que a situação vai regressar à normalidade. O ambiente comercial de Macau sofreu grande mudança, nas zonas turísticas que eram muito movimentadas, e era difícil arranjar uma loja, agora só se vê publicidade de arrendamento em todo o lado. Face à actual conjuntura, alguns empresários optam por acabar com os prejuízos e com os negócios, mas creio que há outros com capacidade e visão de futuro que querem aproveitar o mercado em queda e os baixos custos da actividade para negociar preços, e que, com a nova ronda do plano de consumo electrónico, podem ter confiança para tentar abrir caminho nesta situação de epidemia.

Segundo alguns empresários, o procedimento de trespasse e de remodelação é extremamente complicado. Só a transmissão da licença leva dois meses, a seguir, as obras de remodelação levam mais dois meses, e se quiserem pedir a importação de trabalhadores não residentes, a apreciação do pedido e a emissão do cartão azul levam mais dois a três meses. Isto significa que, antes da entrada em funcionamento, é preciso suportar enormes custos de exploração, tais como, rendas, salários e tarifas de água e electricidade, entre outros. A demora do processo e todas as despesas levam os empresários interessados a desistir de entrar no mercado, mesmo que queiram aproveitar esta oportunidade.

A instabilidade da situação epidémica nos territórios vizinhos tem limitado a entrada de visitantes em Macau, por isso, o mais importante neste momento é incentivar a procura interna e apoiar a economia. Depois de duas plataformas de “*take away*” terem apresentado há dias os seus planos de apoio às pequenas e médias empresas de restauração, a AMCM anunciou o prolongamento por seis meses do benefício respeitante às taxas cobradas nas transacções realizadas através dos serviços “*Simple Pay*”. Mais, o Governo vai antecipar a atribuição do Plano de Participação Pecuniária e afirma que, a curto prazo, vai ser implementada uma nova ronda do cartão de consumo, para aliviar a pressão de exploração das empresas, bem como da vida dos residentes.

Nestes termos, apresento as seguintes sugestões:

1. Sob o actual clima económico desfavorável, os residentes têm de controlar os seus gastos devido à pressão que têm devido ao pagamento das prestações, manutenção da casa, despesas do dia-a-dia, etc., mas ainda há algumas pessoas com rendimentos estáveis que têm capacidade de consumo. Sugiro ao Governo que acelere os trabalhos preparatórios da nova ronda do plano de consumo electrónico, e que concretize, quanto antes, os seus pormenores, para os divulgar o mais rápido possível, por forma a incentivar as

peças com capacidade económica a gastarem nos bairros comunitários, dinamizando a procura interna e a economia.

2. O mercado continua a abrandar, as micro, pequenas e médias empresas têm dificuldades em sobreviver, o ambiente de negócios é pouco favorável, portanto há que acelerar a eliminação dos fracos e manter os fortes. Proponho ao Governo que adopte medidas de apoio específicas, tendo em conta as diferentes situações das empresas. As empresas com capacidade e que querem iniciar o mais rápido possível as suas actividades devem aproveitar as oportunidades de negócio, e os serviços competentes podem lançar um mecanismo especial para acelerar o ritmo de apreciação e autorização do licenciamento, elevar a eficácia administrativa no âmbito da vistoria e examinação dos procedimentos relativos às obras de segurança contra incêndios e de construção, por forma a ajudar os operadores a iniciarem as suas actividades o mais rapidamente possível; ao mesmo tempo, para os lojistas que suspenderam temporariamente as actividades, o Governo pode pensar em lançar medidas de incentivo para que possam ter uma visão de futuro, reconquistar a confiança e incentivar a recuperação da sociedade.

As micro, pequenas e médias empresas são pequenas, mas são a chave para sustentar a vitalidade da economia de Macau, e se houver contracção, a vitalidade global da economia diminui. Espero que o Governo lance mais medidas para estimular a economia, ajudando as micro, pequenas e médias empresas a ultrapassarem a epidemia, e que, em articulação com a implementação do novo plano de consumo electrónico, promova a recuperação económica.

IAOD dos Deputados Kou Kam Fai e Pang Chuan em 08.04.2022

Aprender seriamente o espírito das duas sessões anuais a fim de escrever um novo capítulo para a educação de Macau

As duas sessões anuais terminaram no mês passado e, no seu Relatório de trabalho, o Primeiro-Ministro Li Keqiang salientou que: “a promoção do aumento da igualdade e qualidade na educação não só reflecte a insistência do País na melhoria da educação, mas também reflecte o pensamento estratégico prospectivo do País sobre o trabalho educativo”. Ora, o sector da educação de Macau tem muito a aprender com as sugestões sobre educação apresentadas por membros dessas duas sessões, pois, “a autenticação do jade exige três dias de queima, enquanto a verificação da qualidade da madeira exige sete anos, depois de a árvore crescer”. Devemos empregar esforços em promover, continuamente, uma educação de qualidade e cumprir a nossa missão de cultivar talentos para o nosso País e para Macau. Gostaríamos de partilhar convosco o que aprendemos:

1. Plano de contingência para a epidemia, com apoio abrangente

As escolas devem desenvolver bem os trabalhos de resposta à epidemia, ajudar os alunos a estudar sem preocupações, aumentar a sua taxa de vacinação e construir uma barreira segura para prevenir e combater a epidemia; os alunos com dificuldades económicas ou de aprendizagem e os transfronteiriços também têm uma certa pressão, portanto, os professores devem prestar mais atenção às suas necessidades; tomando como referência a plataforma nacional de educação inteligente dos ensinos primário e secundário, deve continuar-se a otimizar a plataforma de serviços escolares inteligentes e a rede de recursos curriculares e pedagógicos de Macau, para dar um forte apoio durante a epidemia e assegurar a continuidade da aprendizagem durante a suspensão das aulas.

2. Desenvolvimento curricular e cooperação entre a família e a escola

É necessário elevar a capacidade profissional da equipa docente e conceber cursos de carácter inovador e investigativo, para o desenvolvimento diversificado dos alunos, e, através de cooperação interdisciplinar, pode interligar-se as diferentes áreas de estudo, explorando as potencialidades dos alunos. Mais, há que prestar apoio às famílias na aprendizagem em casa pelos alunos, para atender plenamente as suas necessidades.

3. Integração da Grande Baía e impulsionamento da cooperação aprofundada

Há que desenvolver a educação nacional tendo em conta o desenvolvimento do País, reforçando o respectivo conhecimento dos jovens. Podem convidar-se jovens locais que montam negócios ou trabalham na Grande Baía ou na Zona de cooperação aprofundada para partilharem as suas experiências e os resultados do desenvolvimento do País, e podem ser realizados mais campos, quer de

intercâmbio quer de Verão, e competições na Grande Baía, para aumentar o sentido de pertença e de missão dos jovens em relação ao desenvolvimento do País.

4. Formação de literacia e inovação científica

Com o desenvolvimento da 5G, da inteligência artificial e de outras tecnologias de informação, há que estimular os estudantes de Macau a escolher os cursos de ciências e tecnologias para prosseguir os seus estudos, e aproveitar as oportunidades do desenvolvimento das ciências e da tecnologia e as duas “Bases Nacionais de Educação Científica” de Macau, para aqui promover a educação científica.

5. Transmitir de geração em geração a cultura chinesa

A divulgação da excelente cultura tradicional chinesa tem a ver com a elevação do *soft power* do país ao nível cultural. A sinologia é uma componente nuclear da excelente cultura tradicional chinesa, portanto, há que aproveitar as vantagens de Macau enquanto base cultural, desempenhando activamente o papel de liderança ideológica e cultural, e reforçando a educação patriótica nas escolas primárias e secundárias de Macau, com vista a formar forças patrióticas e de amor a Macau com a cultura chinesa.

6. Espírito dos Jogos Olímpicos de Inverno, arranque de sonhos

O sucesso dos Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim projectou a imagem do País da nova era. O espírito olímpico abarca valores educativos. Assim, a transmissão aos jovens de valores como a competitividade, a autoconfiança na cultura, a abertura e a tolerância acarreta oportunidades e é nosso dever. Macau vai organizar, com a Província de Guangdong e Hong Kong, a 15.^a edição dos jogos nacionais. Há que apoiar os atletas promissores, preparar os jovens para a participação em competições escolares e promover a popularidade do desporto. Assim, os jovens poderão ser voluntários, trabalhando em equipas médicas, ou como recepcionistas ou árbitros. Ao dedicar-se à causa, os jovens vão sentir e pôr em prática o espírito motivador dos Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 08.04.2022

Reforço dos trabalhos de defesa da segurança nacional e garantia da implementação estável do princípio “Um País, Dois Sistemas”

O Presidente Xi Jinping salientou que garantir a segurança nacional é uma prioridade bastante importante. A segurança nacional é um pressuposto básico para a sobrevivência e o desenvolvimento do país, e uma pedra basilar para manter a sua estabilidade. A defesa da segurança do Estado está em conformidade com os interesses gerais do País e de Macau, e é uma obrigação comum do povo de todos os grupos étnicos do País, incluindo dos compatriotas de Macau. A responsabilidade cabe a “Um País”, sem distinção entre os “Dois Sistemas”.

Em 2009, a RAEM produziu a Lei relativa à defesa da segurança do Estado, de acordo com a Lei Básica. A partir daí, a RAEM criou o Conselho de Defesa da Segurança do Estado, com o objectivo de rever e aperfeiçoar as respectivas leis complementares, e implementar, plenamente, nos termos da lei, o princípio fundamental de “governança de Macau por patriotas”. Recentemente, o Governo Central nomeou um assessor e um assessor técnico para os assuntos da segurança nacional da Comissão de Defesa da Segurança do Estado da RAEM. Trata-se de uma medida importante para promover, de forma contínua, a construção do sistema de segurança nacional, reflectindo a atenção e o apoio do Governo Central a Macau, e construindo uma base sólida para garantir a segurança nacional, a estabilidade e a estabilidade duradoura de Macau.

Na actualidade, face às novas mudanças na conjuntura internacional e ao ambiente complexo e mutável desta, há um aumento significativo de factores de risco previsíveis e imprevisíveis. A RAEM enfrenta novas situações e novos desafios, tais como, a segurança política tradicional na defesa da segurança nacional e a segurança não tradicional na prevenção e no controlo da epidemia. Devemos reforçar ainda mais a construção das leis, dos sistemas e dos mecanismos para a defesa da segurança nacional, a fim de formar um sistema mais rigoroso. É necessário estar preparado para a adversidade em tempos de abundância, reforçar o sentido de alerta e a urgência, ter sempre presente a visão global da segurança nacional e, com base nos bons alicerces de trabalho já existentes, dar novos passos, e concretizar a soberania integral do Governo Central sobre as regiões administrativas especiais, aperfeiçoar ainda mais o sistema jurídico e o mecanismo de execução da segurança nacional e reforçar ainda mais o sistema e a construção da capacidade da RAEM na defesa da segurança nacional, protegendo de perto e combatendo resolutamente as forças anti-chinesas que se infiltram, interferem ou perturbam as actividades em Macau. De acordo com as linhas orientadoras do Chefe do Executivo, de “prevenir a epidemia, estabilizar a recuperação, manter o bem-estar da população, promover a diversificação, reforçar a cooperação e procurar o desenvolvimento”, deve-se

continuar a prevenir e a controlar a epidemia, a recuperar a economia e a garantir a qualidade de vida da população.

“A segurança nacional é da responsabilidade de todos”, e o Governo da RAEM, todos os sectores da sociedade e todos os residentes têm o dever inalienável de a salvaguardar. Desde 2018, no período da “Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional”, que começa no dia 15 de Abril de cada ano, o Governo da RAEM tem vindo a realizar actividades de sensibilização e educação sobre a segurança nacional. Apelo então para que continue a realizar actividades semelhantes, orientando os residentes a reforçar a consciência da segurança nacional e consolidando, de forma contínua, a base político-social do amor pela Pátria e por Macau; e encare o trabalho de sensibilização e educação para a defesa da segurança nacional como sendo de longo prazo, concretizando e desenvolvendo esse trabalho de forma séria e contínua; reforce a educação do patriotismo, eduque e oriente os jovens, desde pequenos, para desenvolver o sentido de segurança nacional, para que possam ser patriotas com identidade nacional, e sentimento de pertença e orgulho nacional, desenvolvendo e transmitindo de geração em geração a tradição gloriosa de “amor à Pátria e a Macau”, em prol da concretização, com sucesso, firme e de longo prazo, do princípio “Um País, Dois Sistemas” em Macau.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 08.04.2022
Aproveitar a reserva extraordinária para lançar apoios financeiros e efectuar o investimento inverso
Tomar a iniciativa de reduzir os trabalhadores não residentes das empresas do jogo, para garantir o emprego dos residentes

A epidemia persiste há mais de dois anos, e as receitas dos sectores do jogo e do turismo diminuíram drasticamente. Mais, devido ao recente incidente das salas VIP, a economia de Macau foi gravemente afectada, e os trabalhadores e as PME são os primeiros prejudicados. Nestes últimos dois anos, o Governo lançou, sucessivamente, várias rondas de medidas de apoio económico, com vista a assegurar o emprego e a estabilidade económica, mas, a epidemia passou do “último quilómetro” para um “longo caminho até ao fim”, e ainda não há luz ao fundo do túnel.

Comparando os dados do “Inquérito ao Emprego” referentes ao 4.º trimestre de 2019 (antes da epidemia) e ao 4.º trimestre de 2021, a taxa de desemprego dos residentes aumentou bruscamente de 2,3% para 4,1% nos dois anos anteriores, o número de desempregados foi de cerca de 12 mil, o número de desempregados há mais de um ano subiu de 200 no início da epidemia para 2000, cerca de 2000 pessoas estavam desempregadas há mais de meio ano, e o número de residentes em subemprego disparou para 15 mil.

Além disso, durante a epidemia, a população empregada com rendimento mensal inferior a 16 mil patacas registou um aumento significativo de 68 mil pessoas, a população com rendimento mensal entre 16 mil e 40 mil registou uma descida considerável de 93 mil pessoas, e a população com rendimento superior a 4 mil registou um aumento ligeiro de 4500 pessoas, demonstrando uma queda de rendimentos de muitos residentes. Estes dados mostram que o ambiente de emprego que os residentes realmente enfrentam é muito mais grave do que a taxa de desemprego de 4,1%. Para além do aumento drástico da população desempregada, as situações de subemprego, licenças sem vencimento e queda de rendimentos são problemas comuns com que os trabalhadores se têm deparado durante a epidemia.

O número dos trabalhadores locais do sector do jogo, que é o pilar da economia de Macau, diminuiu mais de 3 mil em comparação com o período antes da epidemia, e apesar da maior redução do número de trabalhadores não residentes nesta mesma época, até ao final de Setembro do ano passado, o número de trabalhadores não residentes contratados pelas seis concessionárias ainda foi cerca de 19 mil - a proporção média foi de 20%, e numa das concessionárias, esta proporção até atingiu 30% -, sem contar ainda com 20% das quotas que não foram utilizadas. Na sessão de colocação profissional realizada pela DSAL em Março, as seis concessionárias disponibilizaram apenas 690 vagas

para os locais. Tudo isto demonstra que, se o Governo não tomar a iniciativa de reduzir as quotas de trabalhadores não residentes das concessionárias, privilegiar o acesso dos locais ao emprego não passa de um *slogan*.

Entre Setembro de 2020 e 15 de Março de 2022, mais de 10 mil pessoas participaram no plano de formação subsidiada da DSAL, mas até ao mês passado, só cerca de 1300 conseguiram um emprego, e 87% dos formandos continuam sem emprego. Assim, o Governo deve dar atenção ao problema, e estudar o lançamento de planos de formação, estágios e colocação profissional que correspondam melhor às necessidades dos trabalhadores e dos empregadores, reduzindo assim a taxa de desemprego e de subemprego.

Segundo as estatísticas oficiais, em 2021, o número de turistas, as receitas do jogo e o PIB foram apenas de 7,7 milhões, 87 mil milhões e 239,4 mil milhões, respectivamente, equivalentes apenas a 20%, 30% e 54% de 2019, antes da epidemia. Podemos mesmo dizer que a economia local já atingiu o nível mais baixo após a liberalização do jogo.

O Governo tem a responsabilidade de adoptar medidas de apoio mais específicas, mas, na realidade, os apoios financeiros atribuídos durante a epidemia não aumentaram, antes pelo contrário, reduziram! Em 2020, devido à epidemia e ao lançamento das medidas de apoio financeiro, as despesas públicas aumentaram para 96,1 mil milhões de patacas; em 2021, foram apenas de 86,1 mil milhões de patacas, menos 10 mil milhões do que no ano anterior, o que demonstra que, no segundo ano da epidemia, o nível de apoio financeiro do Governo tem caído!

Até ao final do ano passado, o valor total da reserva financeira era de 646,2 mil milhões de patacas, ou seja, um aumento de 60 mil milhões de patacas, em comparação com os 579,4 mil milhões de patacas do final de 2019 e antes do surgimento da epidemia, o que equivale às despesas públicas de mais de sete anos de Macau, e às despesas de um ano e meio de Hong Kong! É de salientar que eu apoio totalmente o uso prudente do erário público e não estou a exigir que se esgotem as reservas financeiras até ao máximo, mas, segundo o artigo 5.º do Regime jurídico da reserva financeira, a reserva extraordinária “pode ser aproveitada, nomeadamente, para facultar apoio financeiro para o défice orçamental anual da RAEM e os recursos financeiros necessários para favorecer o desenvolvimento socioeconómico”.

Por isso, o Governo deve aproveitar bem a reserva extraordinária, que ultrapassa os 48 mil milhões de patacas, proceder, atempadamente, a um investimento antecipado durante o período de conversão da economia, consolidar as bases para a recuperação económica e para uma economia diversificada, lançar medidas de apoio, uma nova ronda de planos de subvenção ao consumo e medidas de redução e isenção fiscais, com vista à verdadeira concretização do

objectivo de “garantir o emprego, estabilizar a economia e prestar atenção à vida da população”. É esta a intenção original da criação da reserva extraordinária. Além disso, há que reduzir as quotas de não residentes nas grandes empresas, especialmente nas concessionárias do jogo, para que as empresas, que reúnem melhores condições para proporcionar postos de trabalho e recursos de formação, concretizem a contratação de trabalhadores locais e, através do “Programa de formação e de estágio”, subsidiar as PME na contratação de trabalhadores locais, com oferta de formação e estágios, de modo a que os residentes e as PME consigam ver luz ao fundo do túnel, e finalizem verdadeiramente o “último quilómetro”.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 08.04.2022

A mudança de mentalidade positiva promove o desenvolvimento

O Governo da RAEM tem vindo a implementar, de forma rigorosa, os trabalhos de prevenção da epidemia em conformidade com as orientações do Governo Central, cumprindo rigorosamente as responsabilidades locais, prevenindo casos importados e evitando o ressurgimento de casos internos, protegendo a vida, a saúde e a segurança da população. O Governo tomou e implementou várias medidas de prevenção e controlo da epidemia normalizada, elaborando um plano de contingência para lidar de forma rápida e precisa em caso de surto epidémico. Estas medidas preventivas e de preparação merecem o nosso reconhecimento, o que contribui também para a criação de condições favoráveis ao restabelecimento do desenvolvimento social.

Prevenir a epidemia e revitalizar a economia são linhas de desenvolvimento que o Governo Central tem promovido e, ao realizar os trabalhos de prevenção, o Governo da RAEM também está empenhado em impulsionar a recuperação da economia local. Mas Macau está muito dependente da economia externa, portanto, a recuperação da epidemia nas regiões vizinhas leva à suspensão imediata das actividades económicas e turísticas locais e, mesmo sem novos casos confirmados, Macau também tem de apertar logo as medidas de prevenção, o que agrava ainda mais a economia local que já está muito afectada. Neste sentido, a estabilidade da economia e do emprego é o maior desafio para Macau, daí a necessidade da união dos diversos sectores sociais e da conjugação das suas sabedorias para promover o desenvolvimento.

Face à normalização da epidemia e às mudanças no mercado global, o Governo deve preparar-se bem para enfrentar alguma recessão económica, especialmente durante o período de ajustamento profundo do sector do jogo, e com o excesso de recursos turísticos e do jogo em Macau, o Governo tem de mudar o seu pensamento, não podendo ficar apenas à espera da recuperação dos mercados externos, pois tem de estudar activamente o ajustamento da estrutura económica interna. Sob o princípio “Um País, Dois Sistemas”, Macau mantém aplicável o sistema capitalista, por isso, para estabilizar a economia, o Governo deve manter a vitalidade dos sujeitos do mercado, desempenhando o papel predominante da economia de mercado, eliminando activamente os obstáculos e as restrições à livre circulação no mercado, e promovendo fortemente o fluxo de capitais no mercado, para que a nossa economia possa recuperar e desenvolver-se o mais rápido possível quando a epidemia for controlada.

Assim, proponho o seguinte:

1. Há que encarar o reajustamento da estrutura económica como o trabalho mais importante deste momento. Sob a pandemia, o desenvolvimento do turismo abrandou. Com o desequilíbrio estrutural entre a procura e a oferta, e o

reajustamento profundo da indústria do jogo, prevê-se que a oferta se mantenha maior do que a procura nos próximos tempos, resultando em excesso de capacidade produtiva e abandono ou desperdício de recursos. Face à nova conjuntura económica, o Governo tem de promover o reajustamento da estrutura económica, em vez de deixar o mercado à espera ou de fazer especulações inúteis. Há que promover a reforma da relação procura-oferta no turismo e acabar com a dependência dos recursos humanos, equipamentos e serviços em relação ao exterior. Hoje, o desenvolvimento da qualidade de vida é lento, e há fortes solicitações relativas aos cuidados para idosos, educação e serviços domésticos. O Governo deve lançar medidas de incentivo ou subsídio, levando o mercado a oferecer serviços relacionados com a vida da população, no sentido de corrigir os problemas estruturais dos sectores. Mais, há que aproveitar bem o espaço de desenvolvimento em Hengqin, lançando medidas de incentivo para os residentes abrirem negócios e promovendo a transição para o modelo de desenvolvimento baseado na Zona de cooperação aprofundada. Ao mesmo tempo, há que avaliar a estrutura dos recursos nas quatro indústrias principais, garantindo que os recursos humanos e as políticas correspondam às necessidades das indústrias, e haja uma articulação eficaz entre o desenvolvimento de Macau e o da Zona de cooperação aprofundada, em prol do progresso global.

2. Macau tem de desenvolver de forma activa as suas vantagens institucionais para estabilizar o desenvolvimento económico. Sob o princípio “Um País, Dois Sistemas”, há que manter em Macau o sistema capitalista e o desenvolvimento da economia de mercado. Neste momento, a prevenção e o controlo da epidemia em Macau estão bem concretizados, mas Macau é diferente do Interior da China e, para promover a recuperação do mercado, é necessário haver investimento de capital no mercado. O Governo deve avaliar, de forma activa, a situação do fluxo de capitais no mercado actual, nomeadamente, procurar eliminar os factores que impedem esse fluxo, por exemplo, os mercados comercial, financeiro e imobiliário necessitam de melhorar ainda mais o ambiente de investimento, a fim de promover efectivamente a economia de mercado de capitais, promover o investimento e impulsionar o desenvolvimento económico. Mais, há que aproveitar adequadamente os recursos de terrenos existentes e proceder ao planeamento da distribuição das indústrias, para promover eficazmente o investimento e a produção, e elevar o desenvolvimento económico de Macau.

IAOD do Deputado Iau Teng Pio em 08.04.2022

Unidos no combate à epidemia e consolidar os seus resultados

Registaram-se, recentemente, surtos epidémicos nas regiões vizinhas, e várias pessoas de Macau tiveram contacto próximo com as pessoas infectadas, portanto, os trabalhos de prevenção estão a enfrentar novos desafios. O Governo reagiu imediatamente, e divulgou, no dia 17 deste mês, o Plano de resposta de emergência para a situação epidémica da Covid-19 em grande escala.

Este plano prevê cinco aspectos dos trabalhos a implementar e os desafios que Macau poderá enfrentar caso ocorra um surto epidémico de grande escala, incluindo medidas de gestão e controlo na comunidade; investigação epidemiológica, rastreio e testes em massa; preparação de grande quantidade de instalações de isolamento e tratamento; transporte e suporte de vida; divulgação de informações aos residentes, etc. Sob a coordenação das duas estruturas lideradas pelo Chefe do Executivo, o Centro de Coordenação e Contingência do Novo Tipo de Coronavírus e o Centro de Operações de Protecção Civil, serão criados 15 grupos especializados, responsáveis pelos trabalhos de resposta a situações de emergência.

Acho que o plano serve de orientação para fazer face a eventuais situações epidémicas em grande escala, pois garante concretizar, quanto antes, a preparação, o planeamento e a divulgação:

A preparação contribui para enfrentar com serenidade situações imprevistas.

O planeamento contribui para implementar de forma ordenada as medidas de emergência.

A divulgação contribui para tranquilizar a população, e para os residentes estarem preparados.

Face à grave situação na região vizinha, apelo mais uma vez à população para que esteja atenta e alerta para enfrentar, com o Governo, iminentes situações epidémicas; tome as devidas medidas de protecção individual, nomeadamente usar máscara, manter o distanciamento social, evitar ajuntamentos, suspender actividades colectivas desnecessárias e observar as “Informações sobre a realização ou participação em reuniões e actividades com oferta de comida e bebida”. Além disso, as pessoas aptas devem tomar quanto antes a vacina, ou a dose de reforço. Todos juntos, vamos agir para combater a pandemia e consolidar os resultados preciosos da prevenção.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 08.04.2022

Assumir seriamente as responsabilidades com base no princípio “ter por base a população” e aumentar a eficiência do desempenho acompanhando a evolução dos tempos.

Segundo a afirmação do Chefe do Executivo na Retrospectiva e balanço da acção governativa do ano 2020: [r]econhecemos que ainda há espaço para melhoria dos resultados globais da nossa acção governativa, existindo um certo fosso em relação às expectativas da população. Na execução dos trabalhos, ocorrem ainda fenómenos de falta de iniciativa ao nível do planeamento e da acção. Verifica-se constantemente um excessivo conservadorismo e uma insuficiente consciência inovadora, uma falta de assunção de responsabilidades e riscos e de iniciativa em termos de concepção e de realização de reformas de acordo com a evolução social, um descurar das aspirações dos residentes e da sociedade, uma assunção superficial de deveres, um desfaseamento da realidade e um discurso vazio de conteúdo. A coordenação e cooperação interdepartamental não são suficientemente harmoniosas, o que decorre de um certo egocentrismo dos serviços. Subsiste um grande espaço para melhoria da fiscalização do uso dos dinheiros públicos. Estas questões e fenómenos são maioritariamente problemas acumulados e de longa data, e, não obstante não se poderem resolver num curto espaço de tempo, estamos determinados a adoptar medidas correctivas para solucionamento destes problemas, em prol do bem-estar da população.

Já passou um ano e tal e a situação ainda não melhorou significativamente. Veja-se o exemplo da queda de mosaicos nas habitações públicas em Seac Pai Van. Nesse incidente, os serviços competentes actuaram de forma burocrática e perfunctória, ignorando os riscos enfrentados diariamente pelos pequenos proprietários. Primeiro, recorreram às questões climáticas e ao termo do prazo de garantia como pretexto para exigir aos pequenos proprietários que assumam as devidas responsabilidades de reparação, e depois defenderam que era preciso aguardar o acompanhamento e a investigação do Comissariado contra a Corrupção. No decorrer do tratamento da situação, não assumiram seriamente as responsabilidades, pondo assim em causa a vida normal dos moradores e a sua segurança.

É de sublinhar que o princípio governativo “ter por base a população”, reiterado pelo Governo, ainda não é cumprido por todos os serviços públicos e dirigentes. Em vários casos relacionados com direitos legítimos dos residentes, os serviços competentes assumiram uma atitude passiva, ignorando os problemas, o que afectou a confiança da população na governação.

Por outro lado, no acompanhamento, tratamento e resposta ao público, faltam mecanismos eficazes, obstruindo a comunicação entre o Governo e a população. Por exemplo, os meios de consulta disponibilizados pelo Governo são, no fundo,

apenas para pedir informações, pois segundo muitos residentes, quando apresentam a situação via chamada telefónica, a resposta é sempre a mesma: que o assunto é de determinado serviço, e devem ligar para lá. Assim, “para tratar de um assunto, temos de perguntar a vários serviços, somos mandados de um serviço para o outro, mas nenhum consegue resolver o assunto”. O mais grave é que alguns serviços ignoram as opiniões apresentadas por email, nem sequer respondem, e a sociedade não sabe se há acompanhamento.

É de referir que, mesmo perante as interpelações escritas, competência dos Deputados consagrada pela lei, é frequente a atitude burocrática, ou respostas ao lado ou de forma simplista, copiando respostas anteriores. Isto demonstra que os problemas crónicos não são revistos nem encarados com rigor, e que os serviços nem se dão ao trabalho de compreender os problemas. Esta atitude passiva e superficial está a afectar gravemente o aperfeiçoamento da governação.

Assim, apresento as seguintes duas opiniões e sugestões:

1. O “Regime de Reconhecimento de Carta de Qualidade” criado pelo Governo em 2007 conta com a participação dos serviços públicos, mas devido à sua natureza voluntária, estes só definem os objectivos de cada área em consonância com os seus próprios trabalhos, pois existe uma diferença entre os resultados reais e as exigências dos residentes. Solicito ao Governo que, com base nos dados científicos e em conjugação com as expectativas da população, concretize, gradualmente, o conceito de prestação de serviços em todos os serviços públicos. Mais, sugiro que tome como referência a “Linha Aberta de Serviços Governamentais para Cidadãos 12345” do Interior da China, para criar um canal uniformizado que permita aos residentes a consulta e o acompanhamento dos assuntos através de meios claros e eficientes, reduzindo, assim, o tempo e os custos administrativos dos serviços interdepartamentais, optimizando os canais de comunicação entre o Governo e a população e a qualidade dos serviços.

2. Quanto à reforma da administração pública, a construção do sistema jurídico e a gestão administrativa são relevantes, mas o “espírito de servidor público” é também indispensável, sendo mesmo o factor chave que falta à equipa de governação da RAEM. A eficácia das acções governativas dos dirigentes do Governo tem a ver com os interesses gerais da sociedade, pelo que o aperfeiçoamento contínuo e a garantia da execução do regime de responsabilização dos titulares de cargos são muito importantes. Sugiro que o Governo reforce ainda mais a consciência de servidor da sua equipa, reajuste a mentalidade, cumpra seriamente as suas responsabilidades, abandone a burocracia, enfrente o público com uma atitude de servidor público e implemente o princípio governativo de “ter por base a população”, para demonstrar os princípios de “quem tem poder tem responsabilidades” e “poder equivale a responsabilidade”, e elevar a eficácia da acção governativa e da prestação de serviços pelo Governo.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 08.04.2022

Aperfeiçoamento da construção de regimes e aceleração do desenvolvimento da Zona de Cooperação

Durante as reuniões da Assembleia Popular Nacional (APN) e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC) deste ano, os dirigentes nacionais e os participantes salientaram, mais uma vez, a importância de acelerar a construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau na Ilha de Hengqin (Zona de Cooperação). Em especial, nesta situação epidémica, a Zona de Cooperação é muito importante para a promoção do desenvolvimento da diversificação adequada das indústrias de Macau, para a criação de mais oportunidades de emprego e de empreendedorismo e para a expansão do espaço de desenvolvimento para as micro, pequenas e médias empresas.

A partir de 6 de Setembro de 2021, após o lançamento do “Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin” (Projecto Geral), foram criadas sucessivamente as respectivas entidades de gestão. Faltam mais de dois anos para a concretização da primeira meta faseada do Projecto Geral para 2024. A população entende que é necessário aperfeiçoar, quanto antes, os respectivos regimes, em particular, a concepção das políticas jurídicas, a construção de instalações complementares e a concretização dos projectos relacionados com a vida quotidiana da população, e ainda a criação de mecanismos de resolução de conflitos, pois só assim é que será possível acelerar a integração e o desenvolvimento da Zona de Cooperação. Assim sendo, apresento as seguintes três sugestões:

Primeiro, de acordo com o rumo definido no Projecto, devem ser lançados, o mais rápido possível, os respectivos regimes jurídicos das diversas áreas. É necessário regular de forma clara e pormenorizada, para que as indústrias possam instalar-se, atrair talentos e garantir a qualidade de vida dos residentes, tudo isto com o objectivo de desenvolver uma indústria diversificada, assim como incentivar os residentes a viver e a trabalhar na zona aprofundada. Em termos concretos, tendo em conta as quatro indústrias emergentes da região, é necessário elaborar leis e regulamentos complementares sobre várias matérias, regulando o desenvolvimento das indústrias, a qualidade dos respectivos sectores, a mobilidade dos talentos e a circulação de capitais, entre outros assuntos relacionados com a vida da população. É necessário articular as normas para facilitar a vida da população, tais como para os pedidos de subsídios e regalias, o reconhecimento mútuo do seguro de veículos transfronteiriços, etc.; reforçar a cooperação com a província de Guangdong, implementando, o mais rápido possível, os regulamentos a nível local e medidas experimentais aplicáveis na zona aprofundada; e recolher as opiniões construtivas dos residentes e dos sectores de Guangdong e Macau, a fim de formar uma sinergia social entre os governos destas duas regiões, criando uma sociedade civil com objectivos de negociação conjunta, construção conjunta e administração conjunta.

Segundo, acelerar a implementação dos serviços públicos e do sistema de segurança social, a fim de facilitar a deslocação dos residentes de Macau à Zona de cooperação aprofundada; acelerar a concretização do projecto «Novo Bairro de Macau», colaborando, de forma activa, com os respectivos sectores de Macau na optimização das instalações complementares relacionadas com a vida da população, tais como, lojas, escolas, postos de saúde, centros de idosos; liberalizar, de forma plena, o acesso de veículos motorizados de Macau à Zona de cooperação aprofundada e promover o “reconhecimento mútuo de seguro” para os veículos transfronteiriços, com vista a reduzir as respectivas despesas. Além disso, os funcionários públicos de Macau, que desempenham funções nas unidades sob a tutela da Comissão Executiva da Zona de cooperação aprofundada, estão a trabalhar em Hengqin sob a forma de “missão oficial”, assim, espero que as autoridades aproveitem a oportunidade da reforma administrativa aprofundada para formar uma equipa de funcionários públicos qualificados e estabelecer um regime da função pública de longa duração, definindo normas claras sobre as atribuições e regalias dos funcionários que trabalham na Zona de cooperação aprofundada.

Terceiro, criar um mecanismo de resolução de conflitos civis e comerciais na Zona de Cooperação Aprofundada, para proteger os direitos legais dos residentes de Macau. À medida que os residentes de Macau vão comprando imóveis em Hengqin, vão surgindo inevitavelmente conflitos, devido à falta de conhecimentos sobre o sistema jurídico do Interior da China, e muitos residentes de Macau não sabem aonde podem dirigir-se para pedir ajuda. Por isso, para além da articulação entre as normas em matéria civil e comercial das duas regiões, espera-se que o Governo crie, quanto antes, um mecanismo de resolução de litígios naquela zona, salvaguardando, nos termos da lei, os direitos legítimos dos residentes de Macau e assegurando o desenvolvimento harmonioso a longo prazo dessa zona.

Muito obrigado.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 08.04.2022

Inovação Institucional para construir uma “bela casa”

Sr. Presidente,
Caros Colegas,

Boa tarde a todos.

Aquando da entrada em vigor, em Agosto deste ano, do Regime jurídico da construção urbana, será implementado também o artigo 15.º (Dever de conservação e reparação) constante do Capítulo III (Utilização, conservação e reparação de edifícios). Solicito ao Governo que reforce a publicidade, para que os residentes prestem atenção à inspecção, reparação e manutenção de edifícios!

Tal como as pessoas, os edifícios onde habitamos são susceptíveis a problemas à medida que envelhecem, e é importante dar atenção à sua utilização, manutenção e reparação no dia-a-dia. Os edifícios precisam de ser mantidos, e quando não se quer gastar dinheiro em manutenção, mais se gastará mais tarde na reparação quando os edifícios envelhecerem. Para melhorar a qualidade habitacional dos residentes, o Governo autorizou, nos últimos 15 anos, um total de 5108 pedidos para o Fundo de Reparação Predial, envolvendo 3589 edifícios, envolvendo um montante total aprovado de 495 milhões, 746 mil 798 patacas e 90 avos. (Informações de 17 de Abril de 2007 a 11 de Março de 2022)

No fundo, cabe aos residentes a responsabilidade da manutenção e reparação dos seus "edifícios"! Ora, manter os edifícios e os arredores em boas condições é uma das formas de renovação urbana, que contribui para actualização do estado dos edifícios e instalações complementares. À medida que as condições económicas dos residentes melhoram, os residentes desejam que o ambiente habitacional e as instalações comunitárias melhorem, para poderem viver felizes e trabalhar com alegria, em prol do aumento do grau de satisfação e dos seus sentimentos de felicidade e segurança.

Nestes termos, a renovação urbana deve ser feita, principalmente, por iniciativa própria, ou seja, é o próprio proprietário que renova a sua propriedade, e os beneficiários são os proprietários do imóvel, os arrendatários e os demais interessados, ou seja, é a todos eles, em conjunto, que cabe decidir sobre a renovação.

A renovação por iniciativa própria ainda não é um costume. Os residentes e o público em geral não adquiriram a noção de tomar a iniciativa de avançar com a renovação urbana, nem têm conhecimentos sobre isso. Em termos gerais, a atitude é de que se trata de um assunto alheio e que pode deixar-se estar assim. O preço das casas, da venda e do arrendamento, interessa mais às pessoas do que a degradação dos edifícios.

A renovação urbana tem a ver com os proprietários, arrendatários e moradores das proximidades dos prédios antigos, ou seja, um bairro comunitário em que já está formada uma comunidade de vida. O objectivo é restaurar os bairros comunitários em declínio e as respectivas zonas urbanas, e não um aumento do índice de ocupação. Isto implica uma multiplicidade de sujeitos, que incluem os bairros comunitários, serviços públicos competentes, capital social, profissionais, etc. Em princípio, há que recorrer à negociação para conseguir colaboração e ganhos para as partes envolvidas. Contudo, neste momento, os interessados capazes de promover a renovação por iniciativa própria não estão preparados para tal, a saber: os residentes não têm noção sobre a renovação por iniciativa própria; a comunidade comunitária ainda não se formou; o Governo não preparou bem a respectiva institucionalização; e, quanto aos promotores, nem é preciso saber qual é a sua vontade.

Assim, sugere-se ao Governo que reforce a inovação dos regimes no âmbito da renovação urbana. O sujeito da renovação urbana é o proprietário, por isso, em termos de política, é possível pensar, por exemplo, em levantar as restrições, no sentido de admitir a participação de mais capital nos projectos, maximizando, assim, o valor de mercado dos projectos; admitir a alteração da finalidade habitacional para comercial das unidades do rés-do-chão e, entretanto, ponderar o aumento ligeiro das áreas de construção afectas à finalidade habitacional. Na sequência disso, e no pressuposto desses planos serem aprovados, o promotor pode recorrer a planos mais detalhados de concepção e de desenvolvimento para impulsionar o desenvolvimento qualitativo das zonas comunitárias, obtendo, conseqüentemente, os lucros correspondentes.

As cidades que fazem parte da Grande Baía já estão a aplicar estas políticas, e os projectos de alteração ligeira estão em conformidade com o rumo de desenvolvimento inter-regional. Quando se pretende alterar o modelo arquitectónico das construções, os projectos conseguem salvaguardar a compatibilidade dos terrenos. Mais, é possível definir listas de vantagens e desvantagens para os assuntos que vão ser geridos, sobretudo quanto à finalidade dos terrenos e as funções das partes que vão ser construídas.

Em suma, neste momento, falta um suporte, em termos de regime, para a renovação urbana. Assim sendo, há que agir em conformidade com o Plano Director Urbanístico (2020-2040), o Regime Jurídico da Construção Urbana, e a Lei de Salvaguarda do Património Cultural, entre outros diplomas legais, e recorrer às regras de alteração da utilidade e de confirmação do direito real após a transformação da construção, nomeadamente as regras que regulam a autorização da planta das condições urbanísticas para as obras, as licenças de obras e de utilização, entre outras, para se criar um método sistemático que facilite, a curto, médio e longo prazo, as obras de construção e os trabalhos de definição dos planos. A inovação dos regimes continua a ser ponto importante para estudo e está estreitamente relacionado com as práticas da renovação urbana. Do ponto de vista global dos terrenos, essa inovação deve adaptar-se à

distribuição detalhada dos lotes e ao regime de fusão e alienação. Do ponto de vista de definição de planos, a inovação deve adaptar-se ao regime de delegação de poderes, autorização e fiscalização no âmbito da renovação. Por último, do ponto de vista da construção, o regime resultante da inovação deve seguir as fronteiras já definidas para os actos de renovação urbana, em particular, a regulamentação e o regime de fiscalização relacionados com os bairros, novos e antigos, e com o centro histórico de Macau.

Obrigado, Sr. Presidente.
Obrigado, caros Colegas.

2022-04-08 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“Precisamos de turistas, como de “o pão para a boca” e o Governo deve avançar de imediato com os cartões de consumo no valor de oito mil patacas para minimizar o sofrimento das famílias”

Vivemos, os momentos mais difíceis, desde o estabelecimento da RAEM. Macau precisa de turistas para sobreviver. Sem turistas, Macau “afunda-se” e mais difícil será a recuperação económica, social e familiar. As empresas e os restaurantes não aguentam sem turistas e se a situação persistir, muitas mais empresas (nos ramos de actividade de restauração, vendas a retalho, exposições e de turismo) vão fechar os negócios e o desemprego vai aumentar. As autoridades competentes têm de assumir as responsabilidades dos cargos que desempenham e tomar decisões em tempo útil sob pena de serem extemporâneas.

A RAEM e os Governos de muitas províncias do interior do continente têm uma cooperação muito eficaz que permite a detecção rápida das pessoas que eventualmente tenham contactos com os casos de contágios do vírus COVID-19 em Macau. As autoridades competentes têm coordenado bem o controlo da epidemia com a dedicação dos trabalhadores da função pública e voluntários das associações civis. A população tem respeitado escrupulosamente as instruções do Centro de Coordenação de Contingência do Novo Tipo de Coronavírus.

Depois de muita pressão social, as autoridades competentes decidiram reduzir o período de quarentena de 21 dias passando para 14 dias acrescidos de 7 dias de autogestão, ou seja, pelo menos 15 dias úteis de ausência forçada no trabalho, mas descontadas nos dias de férias. São férias forçadas por serem contra a sua própria vontade. Confunde-se, medidas sanitárias compulsivas com o direito de gozo de férias dos trabalhadores. Apelo assim, às autoridades competentes, para que seja respeitado o direito fundamental das férias dos trabalhadores e não serem obrigados a descontar nas férias pessoais.

Porém, se tiver contraído o Covid19, por infelicidade e contra a sua própria vontade, apenas pode regressar a Macau depois de dois meses e devidamente munido do certificado de recuperação, de acordo com as instruções escritas dos Serviços de Saúde (Anúncio n. °171/A/SS/2021). Isto é desumano e manifestamente violento e exagerado.

Além disso, aquilo que o Governo “dá na mão direita é retirado pela mão esquerda” face às enormes dificuldades de reservar os quartos no hotel oficialmente indicado pelo Governo. Neste momento, é impossível fazer reservas até princípios do mês de Julho. Outros dizem, que só se pode fazer reservas um mês antes do seu regresso, e normalmente os quartos estão quase sempre esgotados. E as autoridades competentes ignoram completamente estas queixas e não explicam como se deve resolver. Os serviços competentes, propositadamente, não atendem às chamadas telefónicas nem respondem aos emails quanto às muitas dúvidas dos residentes que pretendem regressar a Macau. Se o objectivo é dificultar ao máximo, então não é razoável esta medida de redução do período de quarentena 21 para 14 dias.

Macau, tem condições, para receber mais turistas, do interior da China para que as pequenas e médias empresas dos vários ramos de actividade possam sobreviver e desenvolver as suas actividades, com a desejada normalidade, dando-se segurança e estabilidade aos postos de trabalho dos residentes de Macau.

Neste sentido, apelo ao Governo da RAEM para envidar os máximos esforços junto das autoridades do interior do continente para aumentar o número da vinda dos turistas do interior do continente a Macau. Mantendo-se a actual situação, tudo vai piorar, quer economicamente, quer social quer familiar. E os suicídios vão aumentar.

Outra questão grave, tem a ver com as famílias, cujos pais e as mães estão desempregados, e muitas estão endividadas devido à necessidade do pagamento das rendas das casas, alimentação e educação dos seus filhos. Há imensas famílias com dificuldades em pagar as amortizações

bancárias e estão a pedir empréstimos aos familiares e amigos. Muitos membros destas famílias estão deprimidos e sob observação psicológica e medicação. Em meados do corrente ano, milhares de licenciados entrarão de imediato na situação de desemprego, aumentando a taxa de desemprego, porque está difícil encontrar um emprego em Macau.

Assim, para aliviar o sofrimento de milhares de famílias em extremas dificuldades, apelamos ao Governo da RAEM, para que proceda de imediato à injeção de 8 mil patacas no cartão de consumo electrónico e já a partir do mês de Abril do corrente ano, aliviando-os e ajudando a ultrapassar a difícil situação financeira.

Muito Obrigado.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 8.4.2022

O Governo da RAEM deve tomar a iniciativa de melhorar a situação do emprego, proporcionando mais oportunidades de emprego aos graduados

A pandemia já persiste há mais de três anos e mudou a vida de muitas pessoas, incluindo os estudantes. Segundo “o número de estudantes locais matriculados no primeiro ano / novo ano lectivo de 2018/2019”, dados constantes na “Recompilação dos dados estatísticos de ensino superior” efectuado pela Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ), estima-se que 4312 estudantes conclua os respectivos cursos no ano lectivo de 2021/2022. Estes estudantes vão finalizar o seu curso universitário em Junho deste ano e vão ingressar no mercado.

Uma boa situação de emprego é pedra basilar para a estabilidade social, no entanto, não podemos estar optimistas atendendo à situação actual. Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos, entre Novembro de 2021 e Janeiro de 2022, a taxa de desemprego dos residentes já ultrapassava 4,2%, um número bastante elevado, sendo por isso urgente ajudar os recém-graduados a resolverem os seus problemas de emprego.

Há estudantes que não conseguem encontrar um emprego depois de concluírem a sua licenciatura, por isso, optam por prosseguir estudos de pós-graduação, mas mesmo, assim depois de concluírem esta fase, continuam a não conseguir emprego, e depois continuam com o doutoramento. Não querem frequentar estes cursos, mas como há falta de emprego, continuam a estudar, o que é, de facto, uma compra e venda de diplomas. Este fenómeno deve-se ao facto de o Governo ter negligenciado a necessidade urgente de emprego dos recém-licenciados, deixando estas responsabilidades para os estudantes, as suas famílias e a sociedade. O prosseguimento de estudos, para além de ser um encargo pesado devido ao pagamento das propinas, é também um meio para os estudantes universitários observarem, experimentarem e confiarem na sociedade, contudo, acabam desiludidos. O mais ridículo é que, recentemente, várias universidades de Macau aumentaram as propinas para os estudantes locais, e os salários dos residentes estão longe de conseguir acompanhar o aumento dos preços dos produtos e do custo de vida, o que resulta num aumento súbito da pressão da vida familiar.

Tendo em conta o grande número de recém-licenciados que vão entrar brevemente na sociedade e a actual situação de emprego, que não é nada optimista, faço as seguintes sugestões ao Governo, para que preste activamente apoio para melhorar a situação de emprego e oferecer mais oportunidades de emprego aos finalistas.

1. O Governo deve tomar a iniciativa de ajustar a situação do emprego, assumindo activamente a responsabilidade de proporcionar oportunidades de emprego aos finalistas do ensino superior; dar importância ao crescimento contínuo do número de talentos com pós-graduação e doutoramento em Macau, dando prioridade à salvaguarda do emprego dos talentos de alto nível, a fim de desenvolver melhor o nível profissional destes, e dar prioridade ao emprego dos estudantes locais de cursos de pós-graduação e doutoramento como professores nas instituições do ensino superior.
2. Devido às medidas de controlo da epidemia, regista-se uma redução drástica do número de turistas, muitas PME perderam a sua fonte de rendimentos, e, ao mesmo tempo, o custo de vida e a pressão do dia-a-dia têm vindo a aumentar. O Governo deve tomar como referência a política de redução e isenção de propinas, implementada pelas instituições de ensino superior dos países desenvolvidos, para isentar os estudantes locais do pagamento de propinas até ao fim da epidemia, de modo a aliviar a pressão económica das famílias dos residentes neste contexto de epidemia.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 08.04.2022

Empregar esforços na redução do desemprego, assegurar a qualidade de vida e revitalizar a economia, em prol do aumento de vagas de emprego

A taxa de desemprego em Macau tem aumentado e a mais recente atingiu 4,3%. Muitas pessoas dizem não estar surpreendidas com este aumento, mas a situação é inegavelmente preocupante. Perante a persistência da epidemia e a incerteza da conjuntura económica global, o Governo deve continuar a empregar esforços, distribuindo, novamente, vales electrónicos de consumo para estimular o mercado, aumentando o montante inicial e relaxando o limite do consumo. Isto contribuirá para incentivar o consumo e evitar a concentração excessiva de capitais em determinado sector, deixando assim que todos os sectores beneficiem dessa medida. O Governo deve considerar, em particular, aumentar o montante para desconto imediato e prolongar o período de utilização, em prol da maximização do efeito alavanca no mercado de consumo.

É claro que as medidas de apoio financeiro não são suficientes para reduzir a taxa de desemprego e recuperar a economia. O Governo e os respectivos serviços devem tomar a iniciativa de lançar uma série de medidas, otimizar primeiro o ambiente de negócios para atenuar a pressão dos lojistas e das micro, pequenas e médias empresas, e promover e apoiar, com mais coragem e inovação, as indústrias emergentes, para desbloquear, com determinação e de forma profunda, as limitações do desenvolvimento diversificado.

Para estabilizar a economia local proponho ao Governo:

1. Que pondere e estude a possibilidade de atenuar a pressão dos lojistas com as rendas, através da isenção ou devolução da contribuição predial. Considerando que alguns sectores já requereram as licenças há mais de oito meses, há que continuar a rever e a otimizar os respectivos procedimentos, e alargar a percentagem das hipotecas na compra e venda de imóveis, pois só assim é que será possível continuar a dinamizar a economia comunitária.

2. Que alargue e aperfeiçoe o “Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas”, ajuste o limite máximo do apoio sem juros de 600 mil patacas para um milhão de patacas, e estude a possibilidade de aplicar, a título experimental, o Plano referido e o “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas” na Grande Baía. Quanto aos empréstimos sem juros concedidos pelo Governo às PME, já chegou a altura da respectiva devolução, mas, como nos últimos dois anos, muitas empresas têm estado em situação deficitária, proponho ao Governo que pondere prolongar, mais uma vez, o referido prazo de devolução para todas as PME e microempresas, para aliviar a pressão com o funcionamento e o reembolso dos empréstimos.

3. Em relação ao ajustamento do sector predominante, o Governo deve auscultar amplamente as opiniões dos diversos sectores da sociedade e criar um espaço de transição suficiente para o mercado poder absorver gradualmente as vibrações e “aterrar de forma suave”, evitando impactos no sistema financeiro e o aumento da taxa de desemprego, com vista a dar prioridade à manutenção da actual situação da economia de Macau.

Devido à epidemia, muitos restaurantes sofreram graves prejuízos e os pequenos estabelecimentos de restauração, devido à fraca capacidade económica dos cidadãos, à redução significativa do poder de consumo e à subida dos preços dos produtos, viram o seu ambiente de exploração piorar. Assim, sugiro ao Governo que pondere a adopção de medidas de apoio ao sector da restauração de Macau. Mais, muitos estabelecimentos de restauração queixam-se da elevada taxa das plataformas de *take away*, o que reduz significativamente o espaço de sobrevivência dos lojistas. Solicito ao Governo e às autoridades competentes que iniciem, de imediato, estudos sobre a cobrança de taxas pelas plataformas, fiscalizando-as e emitindo instruções, com vista a reduzir essas taxas, tanto quanto possível, para as PME poderem sobreviver em situação adversa.

No pressuposto de a epidemia estar sob controlo, o Governo deve envidar esforços junto do Governo Central para conseguir mais políticas e medidas favoráveis, bem como medidas fortes para apoio próprio, tais como, solicitar ao Governo Central que liberalize os vistos de entrada para Macau, promova o investimento transfronteiriço, atraia investimentos e aperfeiçoe o regime jurídico financeiro, de modo a proporcionar às empresas de Macau um espaço de sobrevivência e de desenvolvimento, e uma base sólida para o desenvolvimento diversificado, em prol da criação de mais postos de trabalho e da resolução verdadeira da crise de desemprego.

IAOD do Deputado Ma lo Fong em 08.04.2022

Prestar atenção à situação de pressão dos residentes durante a epidemia

Aperfeiçoar os serviços e criar uma rede de protecção psicológica

Estamos no terceiro ano da epidemia, e face à normalização do combate à epidemia e às grandes mudanças no desenvolvimento socioeconómico, a saúde mental despertou mais uma vez a atenção da sociedade. Com a epidemia, registou-se uma tendência de subida dos suicídios: em 2021, registaram-se 60 mortes por suicídio e 186 tentativas de suicídio, e segundo algumas instituições comunitárias de aconselhamento psicológico, é notório o aumento do risco de suicídio e automutilação entre os cidadãos que procuram ajuda, situação esta que pode estar relacionada com o impacto da epidemia na sociedade, na economia, na vida quotidiana, etc. A pressão física e psicológica entre os cidadãos está a ultrapassar os limites, e sem apoio e orientação eficazes, casos lamentáveis podem ocorrer a qualquer momento.

Segundo os resultados de uma sondagem sobre a pressão das mulheres promovida por uma associação, mais de 51% das inquiridas sentem pressão, e 5% sentem muita pressão e estão a recorrer a apoio profissional. Numa escala de 10 pontos, mais de 45% das mulheres que fizeram a auto-avaliação sobre a pressão tiveram pontuação acima de 8, o que demonstra que, em geral, as mulheres de Macau estão a viver sob grande pressão. Face ao exposto, a saúde mental e o estado físico e psicológico dos cidadãos de Macau na epidemia são preocupantes, e o apoio psicológico e emocional aos cidadãos devem merecer a atenção do Governo e da sociedade. Mais, segundo os resultados de um estudo efectuado pela Universidade de São José, mais de metade das pessoas inquiridas não sabem ao certo quais os meios a que podem aceder para recorrer a ajuda profissional. Face ao exposto, sugiro o seguinte:

1. Reforçar o papel das zonas comunitárias no âmbito do mecanismo de “prevenção conjunta de quatro níveis”, no sentido de desenvolver o papel de “observador da comunidade”. O referido mecanismo composto por quatro níveis consiste num modelo de prestação de serviços de apoio psicológico “de baixo para cima”, e o mais importante é o âmbito dos beneficiários e o seu funcionamento eficaz, pois estes aspectos têm impacto nos resultados de todo o mecanismo. Sugere-se ao Governo que, de acordo com as previsões das necessidades sociais, ajuste os recursos que vão ser aplicados nas instituições que prestam serviços de apoio psicológico nas zonas comunitárias, alargando desse modo a “rede de protecção”, tudo para que muitos mais cidadãos possam aceder facilmente aos referidos serviços.

2. Quanto aos trabalhos de despistagem do estado psicológico dos residentes nos bairros comunitários, sugere-se ao Governo que incentive as instituições de

serviço social e as associações de psicologia a realizarem inquéritos regulares, procurando, por iniciativa própria, e através de telefone e *internet*, potenciais casos e grupos de pessoas que enfrentam riscos elevados de pressão. O Governo pode ainda elaborar uma lista de estudos sobre o tema em causa, para que as associações profissionais possam desenvolver os seus projectos de estudo e fornecer ao Governo fundamentos científicos para os trabalhos relativos à saúde psicológica.

3. Quanto à divulgação multifacetada de informações sobre a saúde mental e os respectivos canais de apoio, sugere-se ao Governo que reforce a cooperação com a sociedade, as associações e as empresas, promova actividades de saúde mental *online* e *offline* para determinados públicos-alvo, como por exemplo a comunidade e a família, e divulgue as informações sobre os canais de apoio e ajuda. Assim, os recursos dos serviços comunitários podem ser amplamente conhecidos pelos cidadãos e, em articulação com os serviços de apoio psicológico e emocional do Governo, pode construir-se uma rede completa de cuidados psicológicos para toda a população de Macau.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 08.04.2022

Credenciação dos técnicos de instalações de gás combustível

Pelas recentes informações divulgadas pelo Centro de Prevenção e Controlo de Doenças dos Serviços de Saúde, de 2015 até agora, houve um total de 113 casos de intoxicação por monóxido de carbono, com 4 resultando em vítimas mortais. As notícias sobre esse tipo de acidente têm surgido com maior frequência recentemente, suscitando a atenção da sociedade. Na verdade, sendo os esquentadores a gás um equipamento doméstico muito comum em muitos lares, o seu uso está relacionado com a segurança deles. A instalação inadequada desses equipamentos pode resultar em acidentes de intoxicação por dióxido de carbono e até em explosões, por fuga de gás e, além de danos materiais no apartamento onde esses esquentadores estão instalados, constitui também uma ameaça à segurança da sociedade.

Os casos de intoxicação registados recentemente deveram-se a 3 motivos principais: (1) o esquentador estava instalado na casa de banho sem ligação a exaustor; (2) falta de ventilação; e (3) a falta de consciencialização dos residentes de Macau para a inspecção regular e a manutenção dos esquentadores, dando assim origem a acidentes.

Que se saiba, em alguns países e regiões há condições rigorosas para a instalação e utilização de esquentadores a gás, cujas exigências são: 1. o esquentador deve ser instalado num local com ventilação ao ar livre e, se for dentro da habitação, então a entrada e o escoamento de ar são obrigatórios, para evitar situações de intoxicação por monóxido de carbono; 2. antes da instalação, deve ser realizado um levantamento ambiental por profissionais para confirmar se o modelo do esquentador é adequado; 3. deve ser efectuada, pelo menos uma vez por ano, uma inspecção de segurança, desmontando o aparelho, após alguns anos, para efectuar a inspecção das peças interiores ou dos circuitos, a fim de garantir a sua utilização segura; 4. aquando da instalação, os técnicos devem ter a licença exigida. Tendo em conta a ocorrência frequente de acidentes com esquentadores a gás, pode-se tomar como referência as experiências das regiões vizinhas, para reduzir a ocorrência de incidentes de intoxicação por monóxido de carbono.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Implementação do regime de certificação profissional para os técnicos que se dedicam à instalação de equipamentos com gás butano. Esse regime contribui para assegurar que só os técnicos com reconhecimento profissional é que podem instalar esquentadores, reduzindo, assim, eventuais riscos decorrentes de uma instalação inadequada. Só os técnicos aprovados no exame é que podem ser reconhecidos. Esse modelo vai contribuir para reforçar a competência dos técnicos na aplicação prática e salvaguardar o grau de tecnicidade do sector em

causa. Mais, reforça a ideia de que a dedicação a essa profissão é motivo de orgulho.

2. Reforço à divulgação. Apela-se à população para, por iniciativa própria, prestar atenção aos esquentadores, contratando pessoas qualificadas para proceder à respectiva inspecção. Ao mesmo tempo, deve reforçar-se a divulgação junto da população, para que esta fique a saber que, no uso diário do esquentador a gás, deve estar atenta à ventilação, evitando a ocorrência de tragédias resultantes de um uso incorrecto, garantindo, desse modo, a segurança da vida e dos bens da população.

3. Reforço da fiscalização jurídica do sector. As empresas que designam técnicos sem qualificação para a instalação de fogões a gás devem ser punidas com responsabilidade solidária.

Espero que as referidas sugestões contribuam para evitar tragédias.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 08.04.2022

Nos últimos anos, foram lançadas novas modalidades desportivas em vários países do mundo, e com o seu rápido desenvolvimento, muitas tornaram-se modalidades desportivas populares e atractivas e contribuíram para promover o desenvolvimento coordenado das indústrias desportiva e turística. Macau está a diversificar a sua economia através do desenvolvimento integrado do desporto e do turismo, e as autoridades manifestaram, recentemente, no plenário da Assembleia Legislativa, a sua satisfação pela introdução de novos eventos desportivos, esperando-se que através do aumento da atractividade de diferentes eventos desportivos seja possível enriquecer os produtos desportivos e turísticos de Macau. Espero que as autoridades introduzam mais modalidades desportivas e competições, a fim de enriquecer as modalidades desportivas de Macau e de criar uma marca para os eventos desportivos, no sentido de transformar Macau num destino diversificado de lazer e entretenimento para os turistas asiáticos e de todo o mundo.

De entre as várias modalidades novas, salienta-se o pára-quedismo em recinto coberto, que se tem tornado cada vez mais popular nos últimos anos no interior da China e no estrangeiro, e é também uma modalidade candidata aos jogos olímpicos de 2028. Em poucos anos de desenvolvimento no Interior da China, já se organizaram várias competições, sendo, por isso, uma modalidade em rápido crescimento e com amplas perspectivas de desenvolvimento. Na cidade de Chongqing já se realizaram cinco edições consecutivas do campeonato nacional de pára-quedismo em recinto coberto e, em 2018, teve lugar também o primeiro campeonato da Ásia e Oceânia dessa modalidade desportiva, promovendo directamente o desenvolvimento da indústria desportiva e do turismo de Chongqing. O pára-quedismo em recinto coberto é um desporto mais seguro e mais barato do que o pára-quedismo ao ar livre, o que pode explicar a sua popularidade em todo o mundo, atraindo a participação do público. Uma vez que esse desporto desenvolve a capacidade de coordenação e a agilidade, entre os seus praticantes há muitos jovens, e a sua atenção em relação a esta modalidade desportiva também tem sido crescente.

O Governo afirmou, recentemente, que ia apoiar o desenvolvimento de novos desportos, incentivar o sector a organizar mais actividades desportivas e introduzir mais eventos de que os residentes e turistas gostam, quando as condições da epidemia o permitirem. Em Macau, também já há instituições e equipas profissionais que se dedicam ao pára-quedismo *indoor*, assim, tendo em conta o nascimento e o desenvolvimento desta nova modalidade desportiva, o Governo pode pensar em tomar mais medidas de apoio, para que, através da coordenação entre as políticas e as empresas, esta modalidade reforce a promoção e a generalização do desporto e aumente também a atractividade de

Macau, contribuindo assim para o desenvolvimento diversificado do desporto e o enriquecimento do turismo, do desporto e da cultura.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 08.04.2022

A combinação da ciência e da arte com a inovação contribuirá para a formação de quadros com conhecimentos interdisciplinares

No decorrer das reuniões da Assembleia Popular Nacional e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês deste ano, os sectores artístico, científico e educativo locais receberam boas notícias: primeira, a Fundação Nacional de Cultura e Arte divulgou a lista de projectos financiados para 2022, e 9 projectos apresentados por instituições e operadores artísticos de Macau conseguiram, pela primeira vez, ser seleccionados; segunda, a Associação de Ciência e Tecnologia da China publicou a Lista das primeiras bases educativas nacionais de popularização científica acreditadas de 2021-2025, na qual a Base para o ensino *STEM* primário e secundário de Macau (da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Macau) e o Centro de Ciência de Macau foram incluídos. Estas duas boas notícias transmitem uma mensagem, isto é, os sistemas do País abrem as suas portas a Macau, e a sua integração no desenvolvimento do País está a proceder de forma ordenada, sendo este o rumo a seguir nos diversos projectos.

Assim, apresento as seguintes duas sugestões:

1. Aproveitar as oportunidades trazidas pelo desenvolvimento do País para aperfeiçoar as correspondentes políticas de apoio e subsídios à investigação, a fim de elevar a capacidade da ciência, da tecnologia e da arte em Macau

A base da popularização científica é de nível nacional, então, como é que Macau vai aproveitar o desenvolvimento do País? Como é que a base vai contribuir para uma maior eficácia dos trabalhos da RAEM? A principal responsabilidade da base é a educação, sugere-se então que as duas instituições mencionadas na lista reforcem o contacto com o sector educativo e que, de acordo com a “Lei de bases da ciência e tecnologia” da RAEM e tomando como referência a “Lei de popularização científica” do País, elaborem planos de desenvolvimento adequados à situação local, pois só assim é que Macau pode integrar-se, de forma gradual e com alta qualidade, na conjuntura do desenvolvimento nacional.

O Fundo Nacional das Artes foi criado com a aprovação do Conselho de Estado, e o seu estatuto prevê que “o financiamento dos projetos tem por base a orientação, a representatividade, a demonstração e o esforço para reflectir o nível artístico nacional”, e os projectos são apreciados e aprovados pelos especialistas de acordo com os procedimentos legais. Por outras palavras, os projectos seleccionados têm boa qualidade e contam com o apoio do Estado. Segundo sabemos, as províncias e regiões do país atribuem grande importância ao Fundo e, em relação aos projectos seleccionados na região, foram implementadas políticas, medidas e apoios financeiros correspondentes. Tomando como

referência as experiências do Interior da China, Macau deve considerar o aperfeiçoamento das respectivas políticas e medidas, para promover o desenvolvimento artístico em Macau. Se as associações e os indivíduos realizarem mais acções de divulgação sobre os projectos seleccionados, será benéfico para a sociedade reflectir sobre a forma de alargar a conotação de “Uma Base”.

2. Promover a ligação entre a ciência e a arte e formar talentos inovadores para a RAEM nas diversas áreas

Leonardo da Vinci era um homem sábio e foi um exemplo da fusão entre a ciência e a arte na época do Renascimento. O professor do nosso País, Fan Jingzhong, historiador de arte, também lamentou que a sua matemática não era boa e encorajou as pessoas a aprender bem essa matéria; e a teoria de Platão, de que “a verdade só pode ser dita se você souber geometria”, sublinha que a integração entre a literatura e a ciência pode trazer uma visão mais ampla e profunda. O Centro de Ciência e o Museu de Artes assumem uma importante responsabilidade na promoção da ciência e da arte, portanto, devem estudar a exploração de actividades inovadoras e o desenvolvimento sinérgico, isto é, através de projectos concretos, tais como nas áreas da geografia, clima e meio ambiente, que podem ser temas de ambos, estabelecendo-se uma ligação multidimensional entre as ciências humanas, naturais e sociais. Isto vai ser feito? Reflectir a beleza da ciência através dos meios artísticos pode tornar a ciência mais acessível e levar o público a prestar mais atenção à função social da arte. E a promoção do conceito de progresso e o alargamento da visão irão, sem dúvida, trazer um pensamento de desenvolvimento mais profundo, abrangente e científico.

“As mil léguas começam por pequenos passos, e as montanhas nascem da poeira”, portanto, uma formação inovadora de quadros qualificados, baseada em valores humanistas e científicos, vai injectar água viva no desenvolvimento diversificado de Macau.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 08.04.2022

Aperfeiçoar o sistema de defesa da segurança nacional de Macau e implementar os trabalhos educativos e sensibilização da população

No dia 15 de Abril deste ano é o sétimo aniversário do «Dia da Educação da Segurança Nacional» do nosso país, o que nos relembra a necessidade de termos sempre em mente as nossas responsabilidades enquanto chineses no tocante à defesa da segurança nacional. Macau é uma região administrativa especial da República Popular da China e parte inalienável do País. Temos de assumir as responsabilidades constitucionais de defesa da segurança nacional. O que merece o nosso reconhecimento é o facto de, em 2009, o Governo da RAEM ter concluído os trabalhos legislativos referentes à Lei relativa à defesa da segurança do Estado, uma medida relevante na concretização das responsabilidades constitucionais. A defesa da segurança nacional tem sido uma das prioridades da acção governativa do Governo da RAEM, tendo este concluído e revisto os diplomas legais relativos à “Lei de combate à criminalidade informática”, “Regime jurídico do controlo de migração e das autorizações de permanência e residência” e “Alteração ao Regulamento n.º 5/2019 Disposições concretas relativas à utilização das Bandeiras e Emblemas Nacionais e Regionais e à execução instrumental e vocal do Hino Nacional” e as respectivas leis complementares, e também já entrou na fase de discussão na especialidade na Assembleia Legislativa o “Regime jurídico da intercepção e protecção de comunicações”. Tudo isto demonstra o empenho da RAEM na concretização do princípio “um país”. Em Março deste ano, o Governo Central nomeou oficialmente o director do Gabinete de Ligação em Macau como assessor para os assuntos da segurança nacional da Comissão de Defesa da Segurança do Estado da RAEM, e o subdirector e o director-geral das Relações Públicas como assessores-técnicos, o que contribuirá para desenvolver melhor o seu papel de ligação entre o Governo Central e o Governo da RAEM, assim como para fiscalizar, orientar, coordenar e apoiar os trabalhos efectuados pela RAEM, consolidando melhor a prosperidade e a estabilidade de Macau.

Nos últimos anos, a conjuntura internacional tem-se mantido em constante mutação, e a conjuntura geopolítica tem estado instável. Olhando para a guerra comercial entre a China e os EUA, a situação caótica na sociedade da região vizinha e o recente conflito entre a Rússia e a Ucrânia, podemos verificar a intervenção de forças externas, além disso, o novo coronavírus continua a espalhar-se por todo o mundo, e face à complexidade e às mudanças da conjuntura global, os trabalhos para a defesa da segurança nacional tornam-se mais importantes e não podem ser parados. Por isso, sugiro o aperfeiçoamento contínuo da construção do sistema de segurança nacional em Macau, o reforço da execução da lei, o aumento da consciência de todos os sectores sociais sobre a segurança nacional e a elevação e implementação efectiva do conceito geral de segurança nacional.

Entendo que os diversos sectores da sociedade devem colaborar plenamente com o Governo, para que os cidadãos possam aprofundar os seus conhecimentos sobre os conteúdos essenciais no âmbito da segurança nacional e elevar a sua consciência sobre a defesa da segurança nacional, de maneira a permitir a integração do conceito e respectivo conteúdo nas diversas áreas de governação e na vida da população. Quanto ao sistema jurídico, toda a sociedade deve unir esforços para aperfeiçoar, continuamente, a construção do sistema de segurança nacional, incluindo a conclusão da revisão da Lei relativa à defesa da segurança do Estado e da legislação do Regime jurídico da interceptação e protecção de comunicações, a melhoria das propostas legislativas contra o terrorismo e a promoção da legislação sobre o regime de sigilo, etc., submetendo-os, quanto antes, à Assembleia Legislativa para apreciação e divulgação jurídica. Ao mesmo tempo, a Comissão de Defesa da Segurança do Estado deve trabalhar em estreita colaboração com o desenvolvimento do país e da RAEM, acompanhar as mudanças da conjuntura mundial, analisar a situação real e melhorar as leis existentes para responder aos diversos desafios e riscos de segurança previsíveis. Ao nível da divulgação social, proponho que reforce a divulgação do "Conhecimento Geral sobre o Conceito de Segurança Nacional", reforce a divulgação e os trabalhos da organização da "Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional", faça bom uso da respectiva plataforma temática *online* e da divulgação e sensibilização jurídica, bem como continue a aprofundar as actividades sobre a "Introdução da Segurança Nacional nas Escolas", etc., para que os diversos estratos sociais, especialmente a geração mais jovem, tenham uma compreensão mais abrangente e profunda da segurança nacional, em prol da melhor compreensão das suas responsabilidades para com o país e para com a sociedade.